

INSTITUTO POLITÉCNICO DE LISBOA
INSTITUTO SUPERIOR DE CONTABILIDADE
E ADMINISTRAÇÃO DE LISBOA



ISCAL

O VALOR RELEVANTE DO *GOODWILL* NAS
EMPRESAS PORTUGUESAS COTADAS NA
EURONEXT LISBOA EM 2013-2014

Inês Isabel de Jesus Néo Julião

Lisboa, março de 2018

INSTITUTO POLITÉCNICO DE LISBOA
INSTITUTO SUPERIOR DE CONTABILIDADE E
ADMINISTRAÇÃO DE LISBOA

O VALOR RELEVANTE DO *GOODWILL* NAS
EMPRESAS PORTUGUESAS COTADAS NA
EURONEXT LISBOA EM 2013-2014

Inês Isabel de Jesus Néo Julião (20140166)

Dissertação submetida ao Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Lisboa para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Contabilidade e Gestão das Instituições Financeiras, realizada sob a orientação científica da Professora Doutora Tânia Alves de Jesus, Professora Adjunta da área de Contabilidade e Auditoria.

Constituição do Júri:

Presidente: Professora Doutora Ana Maria de Sotomayor

Arguente: Professora Especialista Ana Marinho Pires

Vogal: Professora Doutora Tânia Alves de Jesus

Lisboa, março de 2018

Declaro ser a autora desta dissertação, que constitui um trabalho original e inédito, que nunca foi submetido (no seu todo ou qualquer das suas partes) a outra instituição de ensino superior para obtenção de um grau académico ou outra habilitação. Atesto ainda que todas as citações estão devidamente identificadas. Mais acrescento que tenho consciência de que o plágio – a utilização de elementos alheios sem referência ao seu autor – constitui uma grave falta de ética, que poderá resultar na anulação da presente dissertação.

Os ativos realmente importantes são aqueles que os contabilistas ainda não contabilizam.
(Kieso e Weygandt)

Agradecimentos

A presente dissertação de mestrado teve apoio e contribuição de diversas pessoas e instituições às quais agradeço e expresso o meu reconhecimento.

Agradeço a Deus pela força, motivação e inspiração para não desistir e conseguir concluir este trabalho da melhor forma possível.

À minha família, pelo estímulo, dedicação, e todo o afeto demonstrado ao longo deste percurso, principalmente aos meus irmãos.

Aos meus colegas de trabalho, um agradecimento muito especial, pelo espírito de equipa e pelos conhecimentos que tenho vindo a adquirir.

Aos amigos, que tanto me impulsionaram e me animavam sem nunca me deixarem desistir pelo carinho e motivação demonstrada. Para não correr o risco de não enumerar algum não vou identificar ninguém, aqueles a quem este agradecimento se dirige sabê-lo-ão, desde já os meus agradecimentos.

Às minhas colegas de mestrado, que tanto me ajudaram, com conversas sobre o tema e troca de ideias e informações.

À professora Julieta Azevedo, que foi sem dúvida um grande contributo para a escrita da presente orientação.

À minha orientadora Tânia Alves de Jesus, por toda a confiança em mim depositada, por todo o apoio, pela orientação competente e eficaz, pela ajuda nas decisões tomadas, apesar dos seus dias muito preenchidos. Obrigado pela paciência, pela amizade e disponibilidade demonstrada ao longo deste tempo, e também pela boa disposição a cada encontro. O apoio e a ajuda contínua foram fundamentais para o desenvolvimento e conclusão da dissertação.

Aos meus pais, que são o meu pilar, agradeço bastante, sobretudo à minha mãe que todos os dias me pedia para concluir a dissertação, com palavras de carinho e estando sempre do meu lado. Agradeço a forma como me ensinaram a nunca desistir, mesmo quando o cansaço era maior, foram eles que me ensinaram a lutar pelos meus objetivos.

A todos aqueles que me ajudaram, o meu muito obrigado, do fundo do coração.

Resumo

Esta investigação aborda o *Goodwill*, analisando-o de diferentes perspetivas e descrevendo-o de acordo com diversos normativos contabilísticos. Em Portugal, enquanto vigorava o Plano Oficial de Contas, o *Goodwill* era amortizado, mas com a aplicação do Sistema de Normalização Contabilística, passou a estar sujeito a testes de imparidade. Contudo, com a nova Diretiva da União Europeia, que deu origem ao Decreto de lei 98/2015, o *Goodwill* volta a ser amortizado nas empresas que adotam as normas contabilísticas de relato financeiro, o que gera uma problemática.

Este trabalho tem como base avaliar a relação entre variáveis Capital próprio, resultado por ação, Ativos intangíveis e *Goodwill* e o Valor de mercado das empresas cotadas na *Euronext* Lisboa nos períodos de 2013 e 2014, procedendo-se, por um lado, à análise da estatística descritiva de variáveis contabilísticas e de indicadores económicos e por outro à aplicação do Modelo de Regressão Linear.

Verifica-se que as empresas com *Goodwill* apresentam maior solvabilidade e autonomia financeira do que as empresas que não apresentam *Goodwill* e que apenas a variável Resultado por ação tem uma relação significativa com o Valor de mercado das empresas.

Palavras-Chave: Harmonização contabilística, Ativos intangíveis, *Goodwill*, Valor relevante, Testes de Imparidade.

Abstract

The proposed work addresses the Goodwill by analyzing it from different perspectives and describing it according to different accounting regulations. In Portugal, while the Plano Oficial de Contas was in force, Goodwill was amortized, but with the application of the Sistema de Normalização Contabilística, it became subject to impairment tests. However, with the new UE Directive, which gave rise to DL 98/2015, Goodwill is again repayable in companies that adopt accounting reporting standards, and that creates a problem.

The purpose of this paper is to evaluate the relationship between Equity, Earnings per Share, Intangible Assets and Goodwill and the market value of Companies listed on Euronext Lisbon in the periods of 2013 and 2014. On the one hand, the analysis of the descriptive statistics of accounting variables and economic indicators is applied, and on the other, the application of the Linear Regression Model.

It can be seen that companies with Goodwill have greater solvency and financial autonomy than companies that do not present Goodwill and that only the variable Earnings per Share has a significant relation with the market value of the Companies.

Keywords: Accounting harmonization, Intangible assets, Goodwill, Relevant Value, Impairment tests.

Índice

1. Introdução.....	1
1.1 Interesse da Investigação.....	1
1.2 Objeto e Objetivos da Investigação.....	2
1.3 Estrutura da Investigação.....	2
2. Enquadramento Conceptual	3
2.1 Conceito de Ativo Intangível.....	3
2.2 <i>Goodwill</i>	4
2.2.1 Conceito	4
2.2.2 Reconhecimento.....	8
2.2.3 Mensuração Inicial	11
2.2.4 Mensuração Subsequente.....	12
2.2.5 Divulgação.....	17
2.2.6 Principais Diferenças entre as Normas Nacionais e Internacionais	19
2.2.7 Alterações ao Sistema de Normalização Contabilística em 2015 face à Versão Anterior	20
3. Revisão da Literatura.....	25
3.1 Impacto dos Testes de Imparidade.....	25
3.2 Impacto do <i>Goodwill</i> nos Resultados das empresas	29
4. Estudo Empírico	31
4.1 Hipóteses de Investigação.....	31
4.2 Metodologia.....	32
4.2.1 Amostra e Recolha de Dados.....	32
4.3 Estatística Descritiva.....	34
4.4 Modelo de Regressão Linear.....	41
4.4.1 Teste de Associação entre o Valor de Mercado, Capital Próprio, Resultado por Ação	42
4.4.2 Teste de Associação entre o Valor de Mercado, Capital Próprio, Resultado por Ação e Ativos Intangíveis.....	45

4.4.3 Teste de Associação entre o Valor de Mercado, Capital Próprio, Resultado por Ação e <i>Goodwill</i>	48
4.5 Teste de Durbin-Watson.....	51
4.6 Teste da Multicolinearidade	52
5. Conclusões	54
Referências Bibliográficas.....	57
Apêndice 1: Base de Dados	60

Índice de Tabelas

Tabela 2.1 §36 da NCRF 6-Ativos intangíveis.....	21
Tabela 2.2 §87 da NCRF 6-Ativos intangíveis.....	21
Tabela 2.3 §105 da NCRF 6-Ativos intangíveis.....	21
Tabela 2.4 §6 da NCRF 12-Imparidade de ativos.....	22
Tabela 2.5 §42 da NCRF 12-Imparidade de ativos.....	22
Tabela 2.6 §47 da NCRF 12-Imparidade de ativos.....	23
Tabela 2.7 §1 da NCRF 14-Concentração de atividades empresariais.....	23
Tabela 2.8 §46 da NCRF 14-Concentração de atividades empresariais.....	24
Tabela 4.9 Distribuição das empresas por setores de atividade económica.....	33
Tabela 4.10 Valor médio por setor do capital próprio, resultado líquido, ativos intangíveis, ativos totais, correspondente ao ano 2013.....	35
Tabela 4.11 Análise descritiva do capital próprio, resultado líquido, ativos intangíveis, ativos totais, correspondente ao ano 2013.....	36
Tabela 4.12 Valor médio por setor do capital próprio, resultado líquido, ativos intangíveis, ativos totais, correspondente ao ano 2014.....	38
Tabela 4.13 Análise descritiva do capital próprio, resultado líquido, ativos intangíveis, ativos totais, correspondente ao ano 2014.....	39
Tabela 4.14 Definição das variáveis do 1º modelo de regressão de linear.....	42
Tabela 4.15 Resumo do modelo de regressão de linear.....	43
Tabela 4.16 Teste e análise de variância.....	43
Tabela 4.17 Resultado da regressão da variável dependente volume de mercado.....	44
Tabela 4.18 Análise das correlações entre as variáveis.....	44
Tabela 4.19 Definição das variáveis do 2º modelo de regressão linear.....	45
Tabela 4.20 Resumo do modelo de regressão de linear.....	46
Tabela 4.21 Teste e análise de variância.....	46

Tabela 4.22	Resultado da regressão da variável dependente volume de mercado.....	47
Tabela 4.23	Análise das correlações entre as variáveis.	47
Tabela 4.24	Definição das variáveis do 3º modelo de regressão linear	48
Tabela 4.25	Resumo do modelo de regressão de linear.....	49
Tabela 4.26	Teste e análise de variância.....	49
Tabela 4.27	Resultado da regressão da variável dependente volume de mercado.....	50
Tabela 4.28	Análise das correlações entre as variáveis.	50
Tabela 4.29	Resultados do teste de Durbin-Watson.....	51
Tabela 4.30	Resultados do teste da Multicolinearidade, para o ano 2013.....	52

Índice de Figuras

Figura 2.1 Tratamento contabilístico do <i>Goodwill</i>	10
--	----

Índice de Gráficos

Gráfico 4.1 Rácios financeiros de 2013 em função das empresas com e sem <i>Goodwill</i>	37
Gráfico 4.2 Rácios financeiros por setor de atividade, correspondente ao ano de 2013.....	37
Gráfico 4.3 Rácios financeiros de 2014 em função das empresas com e sem <i>Goodwill</i>	40
Gráfico 4.4 Rácios financeiros por setor de atividade, correspondente ao ano de 2014.....	40

Lista de Abreviaturas

- AI – Ativos intangíveis
- CAE – Concentração de atividade empresarial
- CNC – Comissão de Normalização Contabilística
- CP – Capital próprio
- DL – Decreto de Lei
- DF – Demonstrações Financeiras
- GW – Goodwill*
- IASB – *International Accounting Standards Board*
- IFRS – *International Financial Reporting Standards*
- POC – Plano Oficial de Contas
- PSI – *Portuguese Stock Index*
- RPA – Resultado por ação
- NCRF – Norma Contabilística e de Relato Financeiro
- QE – Quantia escriturada
- QR – Quantia recuperável
- SNC – Sistema de Normalização Contabilística
- UE – União Europeia
- UGC – Unidade geradora de caixa
- VIF – *Variance inflation factor*
- VM – Valor de mercado

1. Introdução

1.1 Interesse da Investigação

O *Goodwill* (*GW*) adota uma significativa importância na avaliação de uma empresa, sendo um tema bastante complexo. No que diz respeito à evolução do *GW* na história, foram discutidos e executados vários métodos de contabilizar o *GW* adquirido, embora nenhum destes métodos tenha sido reconhecido como o mais correto. De acordo com Santos (2014), os métodos mais praticados foram:

- Reconhecimento como ativo, estando sujeito a amortização;
- Abate direto aos capitais próprios;
- Reconhecimento como ativo, estando sujeito a testes de Imparidade.

O método que vigorava até 2016, era o seu reconhecimento como ativo estando apenas sujeito a testes de imparidade, mas com entrada em vigor da Diretiva União Europeia (UE) 2013/34 que deu origem ao Decreto de Lei 98/2015, as empresas portuguesas que adotam as Normas Contabilísticas de Relato Financeiro (NCRF), passa a estar sujeito a amortização.

Numa época em que a economia se encontra com uma forte instabilidade e é apontada pela dúvida e incerteza, o interesse e a importância do conhecimento assume um papel primordial como fonte segura de vantagem competitiva. As organizações vêm-se então obrigadas a avaliar melhor os seus ativos intangíveis (AI) e a fortalecer as ferramentas de gestão que permite revelar e demonstrar estes ativos de um modo mais transparente e confiável no que diz respeito à divulgação das suas demonstrações financeiras.

Os AI são os ativos cuja identificação e mensuração é mais confusa, pois não lhes é concedida nenhuma substância física, e existe uma alta incerteza no que respeita ao retorno financeiro e aos benefícios económicos futuros que podem vir a gerar. A diferença que se apura entre a quantia escriturada e o justo valor das empresas consiste num dos principais problemas que se colocam ao relato financeiro, tornando difícil encontrar um método apropriado para valorizar os AI em geral e o *GW* em particular.

Neste contexto, surgiu a oportunidade de realizar esta investigação uma vez que se torna essencial investigar sobre o *GW* e a sua relação com variáveis contabilísticas e o valor de mercado (VM) das empresas.

1.2 Objeto e Objetivos da Investigação

O objeto desta investigação prende-se com o *GW* enquanto AI adquirido por parte das empresas cotadas na Euronext Lisboa. Este estudo tem os seguintes objetivos:

- Avaliar o impacto das variáveis contabilísticas do Capital Próprio (CP), do Resultado por Ação (RPA), dos AI e do *GW* nas Demonstrações Financeiras (DF) das empresas da *Euronext* Lisboa;
- Analisar alguns rácios financeiros das empresas da *Euronext* Lisboa com e sem *GW*;
- Aferir sobre a relação entre as variáveis CP, RPA, AI, *GW* e o VM das empresas.

1.3 Estrutura da Investigação

Este trabalho encontra-se dividido nos cinco pontos seguintes:

Introdução: Evidencia-se a temática e o interesse em torno do tema alvo da investigação, aborda-se o objeto, os objetivos e a estrutura deste trabalho.

Enquadramento conceptual: Descrevem-se os conceitos de AI em geral e do *GW* em particular, critérios de reconhecimento, mensuração e divulgação acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade e o Sistema de Normalização Contabilística (SNC).

Revisão da literatura: Expõem-se os trabalhos de maior relevância, realizados por outros investigadores, sobre a realidade intangível das empresas.

Estudo empírico: Descreve-se o desenho da amostra e a metodologia usada, referindo-se as questões de investigação, os modelos de regressão linear, as hipóteses e os resultados do estudo.

Conclusões: Esta investigação chega ao fim com o resumo e a síntese das conclusões gerais sendo também incluídas ideias e linhas de investigação para investigação futura.

2. Enquadramento Conceptual

2.1 Conceito de Ativo Intangível

Em Portugal, o novo SNC preconiza a adoção generalizada de uma estrutura de relato financeiro, em grande parte coincidente com as *International Financial Reporting Standards* (IFRS). A norma portuguesa NCRF 6 - Ativos Intangíveis (NCRF 6), estabelece que um AI é um ativo não monetário identificável e sem substância física. De acordo com esta norma o AI satisfaz o critério de identificabilidade quando:

- For separável, isto é, capaz de ser separado ou dividido da entidade e vendido, transferido, licenciado, alugado ou trocado, seja individualmente ou em conjunto com um contrato, ativo ou passivo relacionado;
- Resultar de direitos contratuais ou de outros direitos legais, quer esses direitos sejam transferíveis quer sejam separáveis da entidade ou de outros direitos e obrigações.

O AI deve ser reconhecido, apenas se:

- For provável que os benefícios económicos futuros esperados que sejam atribuíveis ao ativo fluam para a entidade;
- O custo do ativo possa ser fiavelmente mensurado.

Os AI são ativos que não apresentam corpo físico, não podem ser tocados, visto que são imateriais e invisíveis, são aqueles que embora a sua natureza não seja física, devem ser controlados pela empresa que os detém com o objetivo de obter benefícios económicos futuros.

Durante muitos anos os AI não tiveram muita relevância, não sendo reconhecidos nas DF das empresas. Contudo, nos últimos 30 anos, começou a dar-se maior atenção por parte de investidores e contabilistas aos elementos intangíveis das entidades. No decorrer da década de noventa, subsistiram vários métodos de valorização visando o reconhecimento adequado deste tipo de ativos, contudo nenhum deles foi suficientemente eficiente (Santos, 2014).

As empresas estão em permanente contacto com o seu meio envolvente: clientes, fornecedores, trabalhadores, investidores, banca e estado. Isto requer que as demonstrações financeiras sejam elaboradas de uma forma rigorosa, permitindo que a informação apresentada seja passível de ser comparável, fiável, objetiva e clara. Neste sentido, o papel dos AI nas empresas tem sido, nos últimos tempos, um dos principais focos dos organismos responsáveis

pela elaboração de normas contabilísticas visando uma maior harmonização dos diversos sistemas contabilísticos nacionais. De acordo com Santos (2014), no que se refere ao SNC, verifica-se uma evolução positiva na tentativa de superar as deficiências de reconhecimento dos AI, embora não exista ainda um consenso sobre esta matéria. Atualmente, apesar de ainda não existir um modelo único universalmente aceite de valorização dos diversos AI, é relativamente aceite por todos os intervenientes do mundo organizacional que a contabilidade deve adaptar-se aos novos estímulos dados pela economia.

2.2 Goodwill

2.2.1 Conceito

O surgimento do rápido desenvolvimento tecnológico e por sua vez as mudanças na sociedade intensificam a ideia de que os AI são uma importante ferramenta de progresso empresarial. Com esta nova realidade surge o desenvolvimento de uma filosofia de gestão que se baseia no valor do conhecimento como impulsionador do progresso dentro de uma organização. Segundo Santos (2014), o desenvolvimento tecnológico fez com que a sociedade tenha entrado numa era de conhecimento devido à velocidade de difusão da informação, tendo sido necessário uma adaptação por parte das empresas a uma nova realidade. Os fatores que contribuíram para esta situação foram as fusões e as aquisições, o crescimento do sector dos serviços e a velocidade das mudanças tecnológicas que aumentaram o impacto da tecnologia de informação e crescente integração dos mercados financeiros. Estes acontecimentos fizeram notar um conjunto de AI, e essencialmente o *GW*, que aparece com as operações de concentração.

Como o surgimento de operações de concentração empresarial ocorrem grandes diferenças entre o VM e o valor contabilístico das empresas, bem como entre o preço pago pelas empresas, e o justo valor dos seus ativos líquidos, individualmente identificáveis, pelo que houve uma necessidade de se entender melhor o *GW* (Santos, 2014).

Os AI são complexos devido à sua natureza incorpórea, tornando-os mais complicados de gerir pelos departamentos financeiros das empresas. Cada vez mais estes proporcionam criação de valor para as entidades permitindo maximizar as vantagens comparativas das entidades que melhor os sabem gerir.

A problemática dos AI encontra-se na forma como as organizações devem mensurar esses ativos, de modo a que os investidores beneficiem da informação financeira mais fidedigna e confiável.

Segundo Jonhson & Petrone (1998), o *GW*,

[é] um ativo, não porque tem um custo, mas porque possui a capacidade de contribuir para futuras entradas líquidas de caixa. Atende à definição de ativo mas afirma que não é um ativo desgastável, isto é, o seu valor não diminui através do tempo como prédios e equipamentos.

Embora a discussão do conceito de AI por economistas, juristas, engenheiros e contabilistas tenha séculos de existência, tendo sido publicadas inúmeras obras, está longe de ser pacífica. Através de uma análise da literatura que se debruça pela temática é possível descortinar diferentes perspectivas de *GW* (Hendriksen & Breda, 1999):

- Uma perspectiva financeira onde o *GW* é considerado na ótica da empresa adquirente um pagamento antecipado de benefícios económicos futuros não só dos elementos patrimoniais da adquirida mas, sobretudo, da sua capacidade de gerar lucros no futuro;
- Uma perspectiva económica onde o *GW* considera a possibilidade de identificar AI não reconhecidos do ponto de vista interno da adquirida, reconhecendo-se-lhe um potencial imaterial capaz de gerar lucros futuros acima do esperado para a empresa como sejam o seu *know-how*, a marca, a quota de mercado, a boa reputação, a carteira de clientes, a qualidade de gestão, o bom relacionamento com os clientes, a satisfação e a motivação dos funcionários e colaboradores no âmbito do exercício das suas funções, o bom relacionamento nos meios empresariais, autárquicos e até governamentais, as patentes registadas, os direitos exclusivos de comercialização, a sua localização, entre outros.

No normativo contabilístico português o termo *GW* surge pela primeira vez com o SNC em 2010. O *GW* veio substituir o conceito de *trespasse* inscrito no plano oficial de contabilidade de 1977 e que se manteve nos posteriores planos. A diretriz contabilística (DC) nº 12/92 divulgou o conceito contabilístico de *trespasse* fazendo-o corresponder ao que na literatura internacional da época se denominava por *goodwill*, *fonds de commerce* ou *aviamento*.

No contexto atual as normas portuguesas com maior relevância para o tema são a NCRF 6, a NCRF 12 – Imparidade de Ativos (NCRF 12) e a NCRF 14 – Concentrações de Atividades Empresariais (NCRF 14).

Atualmente as normas internacionais de contabilidade que mais abordam o tratamento contabilístico do *GW* são:

a IFRS 3 – Concentrações de Atividades Empresariais (IFRS 3), a IAS 36 – Imparidade de Ativos (IAS 36) e a IAS 38 – Ativos Intangíveis (IAS 38).

De acordo com as normas nacionais e internacionais o *GW*, devido à sua problemática em matérias de reconhecimento, mensuração inicial e subsequente, só deverá ser registado após a sua aquisição.

Poder-se-á concluir que o montante de *GW* económico diferirá do *GW* revelado na contabilidade, quando esta última só registar o *GW* apurado no momento da transação, embora os lucros supranormais ou *cashflows* se possam manter ou mesmo aumentar ao longo da atividade da empresa. Assim, sempre que a empresa gera lucros ou *cashflows* acima do normal, poder-se-á apurar um *GW* económico, quer haja, ou não, transação, enquanto que o *GW* contabilístico só se regista quando há lugar a uma Concentração de Atividade Empresarial (CAE).

O tratamento contabilístico do *GW* difere consoante seja adquirido fruto de uma concentração empresarial ou gerado internamente.

Em relação ao *GW* adquirido numa concentração de atividades, a IFRS 3, determina que à data de aquisição, o adquirente deve reconhecê-lo como um ativo, mensurando-o pelo seu custo, que é o excesso do custo da concentração de atividades empresariais sobre o interesse da adquirente no justo valor líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis, segundo o §51.

O *GW* adquirido representa um pagamento feito pela adquirente em antecipação de benefícios económicos futuros, de ativos que não sejam capazes de ser individualmente identificados e separadamente reconhecidos, de acordo com o §52. Esta norma internacional também menciona que o *GW* adquirido numa concentração de atividades é um pagamento feito pela adquirente, correspondendo a uma antecipação de benefícios económicos.

Esta é a definição transmitida para a aplicação nacional por parte das empresas que adotam o SNC como se verifica nos §43 e §44 da NCRF 14.

Ainda no que respeita ao *GW* adquirido numa concentração de atividades, este deve sempre cumprir os pré-requisitos estabelecidos no IAS 38 – Ativos Intangíveis, e nos §11 ao §17 da NCRF 6 estando de acordo com os critérios de identificabilidade, de controlo e gerar

benefícios económicos futuros. Apenas por este modo, este ativo pode ser reconhecido e posteriormente mensurado.

Detzen & Zulch (2012), «identificaram vários componentes que podem ser representados através da rubrica «*GW* adquirido», tais como:

- O justo valor dos ativos em funcionamento da adquirida;
- O justo valor das sinergias esperadas e outros benefícios que advenham da combinação de ativos líquidos da adquirida com os ativos da adquirente;
- Pagamentos indevidos por parte de adquirentes;
- Os erros na mensuração e no reconhecimento do justo valor ou do custo da combinação de negócio ou ativos e passivos identificáveis da adquirida.»

O *GW* gerado internamente tem um tratamento diferente, uma vez que não é considerado um ativo, de acordo com o §48 da IAS 38 – Ativos Intangíveis. Isto é, justificado pelo facto deste tipo de *GW* não ser um recurso identificável, nem controlado pela entidade e que possa ser fiavelmente mensurado pelo custo, como explica o §49 da IAS 38. A norma nacional que explica o tema aplica o mesmo tratamento, como se pode verificar no §46 e §47 da NCRF 6.

Quer no normativo internacional, quer no nacional, todos os dispêndios monetários são reconhecidos como gastos, neste tipo de *GW*.

Quando existe um excesso, na data de transação, da participação do adquirente no justo valor dos ativos identificáveis sobre o valor pago, estamos perante o *GW* negativo.

De acordo com a IFRS 3 reconhece-se o *GW* negativo como um ganho na demonstração de resultados do período, pelo excesso da parte da aquirente no justo valor dos ativos da adquirida sobre o custo da concentração, uma vez reconsiderados a identificação e mensuração dos ativos, os passivos e os passivos contingentes identificáveis da adquirida, e do custo da concentração. Algumas causas do *GW* negativo, segundo o §57 da IFRS 3 são:

- A ocorrência de erros na mensuração do justo valor do custo da concentração ou dos ativos identificáveis adquiridos, passivos e passivos contingentes. A causa potencial desses erros poderá ser a ocorrência de possíveis custos futuros não refletidos corretamente no justo valor dos ativos identificáveis adquiridos, passivos ou passivos contingentes;

- A mensuração de ativos líquidos identificáveis adquiridos poderá ser efetuada de acordo com uma norma contabilística por um montante que não corresponde ao seu justo valor, embora seja tratada como tal para efeito de alocação do custo da concentração;
- Que se tenha realizado a compra em termos muito favoráveis para a entidade adquirente. Quando a concentração de atividades empresariais se realiza em várias fases e, por consequência, implica mais do que uma operação é tratada de forma separada pela entidade adquirente. Isto conduz a realizar em cada uma das fases uma comparação do custo dos correspondentes investimentos com a parte da entidade adquirente no justo valor dos ativos, dos passivos e dos passivos contingentes identificáveis da entidade adquirida, a fim de determinar o valor do *GW* correspondente a cada operação.

A NCRF 14 prevê o seguinte tratamento contabilístico para o *GW* negativo:

- Reapreciar a identificação e mensuração dos ativos identificáveis adquiridos, passivos e passivos contingentes e a mensuração do custo da concentração;
- Reconhecer de imediato nos resultados do período qualquer excesso remanescente, após se efetuar a reapreciação acima referida.

Pode verificar-se que uma parte do preço de aquisição acaba por ser contabilizada como *GW*, ou seja, reflete o excedente do preço pago pela empresa como um todo sobre o justo valor dos ativos adquiridos pela empresa adquirente e que, pode ser e muitas vezes é uma parte relevante.

2.2.2 Reconhecimento

Reconhecimento é o processo de englobar no balanço e na demonstração de resultados um item que satisfaça a definição de um elemento e cumpra os critérios de reconhecimento, de acordo com o §87 Estrutura Conceptual (EC). A EC do SNC, nos §87 e §88, mencionam o reconhecimento de ativos da seguinte forma:

- «Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que os benefícios económicos futuros fluam para a entidade e o ativo tenha um custo de aquisição ou um valor que possa ser mensurado/quantificado com fiabilidade;

- Um ativo não é reconhecido no balanço quando, relativamente ao dispêndio incorrido, seja considerado improvável que benefícios económicos fluirão para a entidade para além do período contabilístico corrente. Então, quando se verifica que é improvável que o ativo gere benefícios económicos futuros, resulta no reconhecimento de um gasto na demonstração dos resultados.»

A IAS 38, no que se refere ao reconhecimento de AI, apresenta a mesma descrição que o normativo nacional, reforçando que o *GW* gerado internamente não é reconhecido como um ativo, porque ele não é um recurso identificável controlado pela entidade que possa ser fiavelmente mensurado. As diferenças entre o justo valor de uma entidade e o valor dos ativos líquidos registados e identificáveis, contabilisticamente, podem ser atingidas por uma série de fatores que alteram o valor da empresa.

Segundo Carvalho *et al.* (2005), «[a]penas serão reconhecidos como AI os itens que atendem aos critérios de reconhecimento da norma: identificabilidade, controlabilidade e existência de benefícios económicos futuros esperados.»

Na opinião de Lopes e Viana (2008), «não se reconhece impossibilidade de retirar da categoria de intangíveis, os ativos que não sejam satisfeitos os critérios mencionados por Carvalho *et al.* (2005), restringe apenas a possibilidade de os reconhecer com tal.»

Um ativo intangível tem de ser um recurso para ser reconhecido, depois verificar se o mesmo é identificável, de seguida confirmar se o mesmo pode ser controlado, se é capaz de gerar benefícios económicos futuros, e se pode ser mensurado com confiança, ou seja, se o seu gasto pode ser determinado com fiabilidade. Se reunir todas estes pontos, o ativo intangível pode ser reconhecido, caso contrário não se poderá proceder ao seu reconhecimento.

O *GW* gerado internamente não deve ser reconhecido como um ativo. Em alguns casos, é incorrido dispêndio para gerar benefícios económicos futuros, mas isso não resulta da criação de um ativo intangível que satisfaça os critérios de reconhecimento desta norma, tal dispêndio é muitas vezes descrito como contribuindo para o *GW* gerando internamente, não sendo reconhecido como ativo pois não é um recurso identificável controlado pela entidade que possa ser fiavelmente mensurado pelo custo, §46 e §47 da NCRF 6.

A Figura 2.1 apresenta o resumo do procedimento de reconhecimento do *GW* gerado internamente e adquirido.

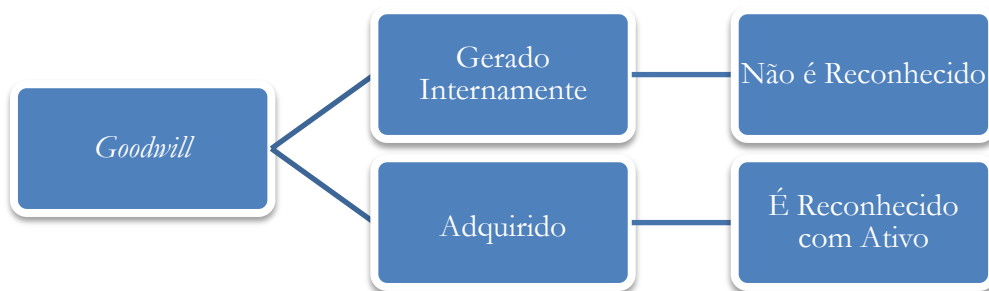


Figura 2.1 Tratamento contábilístico do *Goodwill*.

A complexidade de definir, identificar e a incerteza em avaliar e estimar a vida útil de um AI tornam o seu reconhecimento difícil. Segundo Rodrigues (2003),

[...] mesmo os AI que são contabilizados, apesar de não serem ignorados, são incorretamente contabilizados, visto que as importâncias que são reconhecidas nas demonstrações financeiras nada têm a ver com o seu valor para a organização que os detém, sendo nos recursos intangíveis que assenta a fonte de vantagens competitivas.

De acordo com Rodrigues (2013), o *GW* deve ser refletido nas DF de uma entidade pois este tem um valor significativo nas empresa ou grupo, sendo que as condições em que o *GW* pode ser considerado um ativo dependem deste ter ou não, capacidade de gerar benefícios económicos futuros. As dificuldades em definir o *GW* devem-se ao facto de não se identificar e valorizar corretamente, pois os AI que lhe estão associados não são reconhecidos, não porque não têm valor mas por serem impossíveis de avaliar, tornando impossível o seu reconhecimento.

De acordo com o §8 da NCRF 6, sempre que existir um mercado com um qualquer ativo o preço definido nesse mercado será a melhor referência para determinar o justo valor. Não existindo um mercado de referência, então, o seu valor será refletido pelo montante que a empresa pagou, com base na informação mais adequada existente à data, tendo como referencia o preço de outras transações realizadas no mercado. Os AI devem ser valorizados com base no seu justo valor na data de operação, quando são devidamente identificados. Se o justo valor de um ativo intangível não for mensurável fiavelmente, então não pode ser reconhecido separadamente, sendo incluído no *GW* adquirido.

O critério do justo valor é aplicável aos AI, como o conhecimento, os direitos, as marcas, as patentes e o *GW* gerado internamente.

Numa concentração de atividade empresarial, a adquirente deve à data da aquisição:

- Reconhecer o *GW* adquirido como um ativo;

- Inicialmente mensurar esse GW pelo seu custo, que é o excesso do custo da concentração de atividade empresarial acima do interesse da adquirente no justo valor líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis.

Segundo a NCRF 14, o justo valor de um ativo intangível, reflete as expectativas do mercado relativas à probabilidade de que os benefícios económicos futuros incorporados no ativo fluam para a entidade.

Posteriormente, satisfeitos os requisitos necessários para o reconhecimento, a entidade passa à fase seguinte, que é a sua mensuração.

2.2.3 Mensuração Inicial

Mensuração é o processo de determinar as quantias monetárias pelas quais os elementos das demonstrações financeiras devam ser reconhecidos e inscritos no balanço e na demonstração dos resultados. Isto envolve a seleção da base particular de mensuração.

São utilizadas diferentes bases de mensuração em graus diferentes e, em variadas, combinações nas demonstrações financeiras:

Custo histórico - Os ativos são registados pela quantia de caixa, ou equivalentes de caixa paga ou pelo justo valor da retribuição dada para os adquirir no momento da sua aquisição;

Custo corrente - Os ativos são registados pela quantia de caixa ou de equivalentes de caixa que teria de ser paga se o mesmo ou um ativo equivalente fosse correntemente adquirido;

Valor realizável (de liquidação) - Os ativos são registados pela quantia de caixa, ou equivalentes de caixa, que possa ser correntemente obtida ao vender o ativo numa alienação ordenada;

Valor presente - Os ativos são escriturados pelo valor presente descontado dos futuros fluxos líquidos de caixa que se espera que o item gere no decurso normal dos negócios;

Justo valor - Quantia pela qual um ativo poderia ser trocado ou um passivo liquidado, entre partes conhecedoras e dispostas a isso, numa transação em que não exista relacionamento entre elas.

A base de mensuração, normalmente, adotada pelas entidades ao preparar as suas demonstrações financeiras é o custo histórico.

De acordo com o §24 da NCRF 6, estes devem ser mensurados inicialmente pelo seu custo, sendo o custo a quantia de caixa ou os seus equivalentes paga ou o justo valor de outra retribuição dada para adquirir um ativo no momento da sua aquisição ou construção.

No entanto, nas CAE, o custo desse ativo é o justo valor à data da aquisição, segundo o §33 da mesma norma, sendo que esse justo valor é considerado o custo nessa data. O justo valor de um AI reflete as expectativas do mercado relativas à probabilidade de que os benefícios económicos futuros incorporados no ativo fluam para a entidade.

De acordo com o §35 da NCRF 6, se um ativo intangível adquirido numa concentração de atividade empresarial for separável ou decorrer de direitos contratuais ou de outros direitos legais, existe informação suficiente para mensurar fiavelmente justo valor do ativo.

No §36 da mesma norma, um AI que seja adquirido numa CAE pode ser separável, mas apenas em conjunto com um ativo tangível ou intangível relacionado. Então, a adquirente reconhece o AI separadamente do *GW*, mas em conjunto com o item relacionado. A adquirente pode reconhecer um grupo de AI complementares como um ativo único desde que os ativos individuais do grupo tenham vidas úteis semelhantes, como refere o §37 da NCRF 6.

Os preços de cotação, num mercado ativo, proporcionam a estimativa mais fiável do justo valor de um AI. O preço de mercado apropriado é geralmente o preço corrente de oferta, mas se estes não tiverem disponíveis, o preço de transação semelhante mais recente pode proporcionar um critério a partir do qual se pode estimar o justo valor. Caso não exista mercado ativo, o justo valor é a quantia que a entidade teria de pagar, à data de aquisição, pelo ativo numa transação entre partes conhecedoras não relacionadas e dispostas a isso, com base na informação melhor disponível, segundo o §38 e §39 da mesma norma.

É importante referir que existem dois métodos de mensurar o *GW*. O método do *GW* total, em que este reflete a parte dos acionistas maioritários e dos interesses que não controlam, e o método do *GW* parcial, em que este apenas reflete a parte do acionista maioritário.

De acordo com a NCRF 14 o *GW* deve ser mensurado pelo método do *GW* parcial, já de acordo com as IFRS, pode optar-se pelos dois métodos.

2.2.4 Mensuração Subsequente

De acordo com o §70 da NCRF 6, quando se procede à mensuração de um AI deverá utilizar-se um dos dois modelos existentes, o modelo do custo ou o modelo de revalorização.

Modelo do custo, após o seu reconhecimento inicial, o AI deve ser escriturado pelo seu custo menos qualquer amortização acumulada e quaisquer perdas por imparidade acumuladas, de acordo com o §72 da NCRF 6.

Modelo de revalorização, após o reconhecimento inicial, um AI deve ser escriturado por uma quantia revalorizada, que seja o seu justo valor à data da revalorização menos qualquer amortização acumulada subsequente e quaisquer perdas por imparidade acumuladas subsequentes, de acordo como §73 da NCRF 6. No entanto, o modelo de revalorização só poderá ser utilizado se o justo valor puder ser fiavelmente apurado com referência a um mercado ativo, um mercado ativo é definido como um mercado no qual se verificam as seguintes condições, de acordo com o §8 da NCRF 6:

- Os *itens* negociados no mercado são homogêneos;
- Podem ser encontrados em qualquer momento compradores e vendedores dispostos a comprar e vender;
- Os preços estão disponíveis ao público.

As revalorizações devem ser feitas com regularidade, de modo a que a quantia registada não conceda materialmente do seu justo valor à data do balanço.

De acordo com as normas nacionais, após o reconhecimento inicial, o comprador deve mensurar o *GW* adquirido numa concentração de atividades empresariais pelo custo, menos as amortizações acumuladas, menos eventuais perdas por imparidade acumuladas.

Sendo este amortizado e sujeito a testes de imparidade se os acontecimentos ou alterações nas circunstâncias indicarem que possa existir imparidade.

Já nas normas internacionais, o *GW* não é amortizado, devendo ser sujeito a testes de imparidades anual, não sendo requerida a sua contabilização separada do investimento financeiro.

Cumpra às empresas avaliar então a vida útil de um ativo intangível, se esta é finita ou indefinida, de acordo com o §86 da NCRF 6- Ativos Intangíveis, sendo assim, estes ativos são distintos conforme a sua vida útil, condicionando a sua mensuração subsequente.

Se tem uma vida útil finita, §95 ao 104 da NCRF 6, admite-se a sua amortização sistemática durante essa vida útil. O §8 da NCRF 6 define amortização como a imputação sistemática da quantia depreciável de um ativo intangível durante a sua vida útil.

A amortização deve começar quando o ativo estiver disponível para uso e deve cessar na data que ocorrer mais cedo entre a data em que o ativo for classificado como detido para venda e a data em que o ativo for desreconhecido.

Quando a vida útil de um ativo intangível é finita, pode ser usado uma variedade de métodos de amortização para imputar a quantia depreciável de um ativo numa base sistémica durante a sua vida útil. Estes métodos são, o método da linha reta, o método degressivo e o método da unidade de produção. A amortização é geralmente reconhecida nos resultados, contudo os futuros benefícios económicos num ativo são absorvidos pela produção de outros ativos. Neste caso o custo de amortização constitui parte do custo do outro ativo e é incluído na sua quantia escriturada, como refere o §96 e §97 da NCRF 6.

O período de amortização e o método de amortização, para um AI com uma vida útil finita, devem ser revistos pelo menos no final de cada ano financeiro. Se a vida útil esperada for diferente das estimativas anteriores, o período de amortização deve ser alterado, segundo §102 da NCRF 6.

No entanto, é um problema encontrar uma vida útil para alguns AI, não é fácil determinar o período de vida em que se utiliza eficientemente o ativo para o consumo dos benefícios económicos futuros esperados da utilização do ativo, é nestes casos que se afirma que o ativo tem uma vida útil indefinida, segundo o §105 da mesma norma, o facto da vida útil ser indefinida não quer de forma alguma dizer que a vida útil é infinita, apenas não se consegue determinar com fiabilidade um período de vida para o consumo dos benefícios económicos futuros incorporados no ativo. Para os AI com uma vida útil indefinida, este deve ser amortizado num período máximo de 10 anos.

Segundo o §106 da NCRF 6, é necessário rever a vida útil em cada um dos períodos para determinar se os acontecimentos e circunstâncias continuam a apoiar uma avaliação de vida útil indefinida para esse ativo, podendo haver alterações ao longo do tempo.

Quando existe uma alteração da vida útil de indefinida para finita, deve ser contabilizada como alteração numa estimativa contabilística, de acordo com a NCRF 4 – Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros, como indica o §108 da NCRF 6.

No que respeita ao *GW* adquirido numa CAE como um AI com uma vida útil indefinida, ao abrigo do disposto na NCRF 6 - Ativos Intangíveis, este não podia ser amortizado. Porém, com a transposição da Diretiva 2013/34/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de junho de 2013, que entrou em vigor em Portugal a 1 de janeiro de 2016 para as entidades

que aplicam o SNC, o *GW* voltou a ser amortizado. Com efeito, a Diretiva prevê no ponto 11 do artigo 12º que os AI serão amortizados ao longo da sua vida útil. Em casos excecionais em que não seja possível estimar de forma fiável a vida útil de despesas de trespasse ou despesas de desenvolvimento, tais ativos são amortizados dentro de um prazo máximo estabelecido pelo Estado-Membro. Este prazo máximo não pode ser inferior a cinco anos nem superior a dez. Contudo, nas normas do IASB só se continua a admitir a imparidade.

No que respeita à evolução histórica do tratamento contabilístico do *GW*, segundo Santos (2014), quer do ponto de vista teórico, quer da sua aplicação prática, foram apresentados, discutidos e experimentados vários métodos de contabilização do *GW* adquirido, apesar de nenhum deles ser consensualmente reconhecido como o mais correto.

Ainda de acordo com Santos (2014), atribuíam-se demasiada importância à mensuração inicial do *GW*, no período de 1844 a 1909, sendo defendido o seu abate aos capitais próprios. Contudo, outras opções foram surgindo ao longo dos tempos.

No período de 1910 e 1929 resultou um desenvolvimento empresarial, intensificando-se os debates sobre a contabilização do *GW*. A opção defendida até então deixou de ser relevante, sugerindo-se a contabilização do *GW* como ativo, sujeito ou não a amortização.

Em 1929 surgiu uma grande depressão económica e social, onde as atitudes marcadamente conservadoras influenciaram o tratamento contabilístico do *GW* no período seguinte, entre 1930 e 1944 (Santos, 2014).

Após o ano de 1930, segundo Santos (2014), deu-se início à emissão de normas de contabilidade, no que respeita ao *GW*. De entre as propostas mais divulgadas e utilizadas de tratamento contabilístico do *GW*, identificam-se os seguintes métodos, que foram os mais praticados na Europa nas últimas décadas:

- Reconhecimento como ativo, sujeito a amortização;
- Abate direto aos capitais próprios (em contas de reservas);
- Reconhecimento como ativo, sujeito a testes de imparidade.

No que respeita ao método que se encontra sujeito a amortização, como anteriormente referido, segundo Santos (2014), o *GW* adquirido numa concentração de atividade empresarial considera-se um ativo intangível com uma vida útil indefinida, que com a Diretiva 2013/34/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de junho de 2013, que entrou em vigor em 2016, para entidades que aplicam o SNC o *GW* passa a ser amortizado. Nos casos

em que não seja possível estimar com fiabilidade a vida útil de despesas de trespasse ou despesas de desenvolvimento, tais ativos são amortizados dentro de um prazo máximo estabelecido pelo Estado-Membro, não pode ser inferior a cinco anos nem superior a dez.

O *GW* adquirido, segundo o §46 da NCRF 14, deve ser amortizado, nos termos na norma dos AI, no período da sua vida útil ou em dez anos caso a sua vida útil não possa ser estimada com fiabilidade. Além disso, a adquirente deve testá-lo quanto à imparidade se os acontecimentos ou alterações nas circunstâncias indicarem que pode estar com imparidade.

De acordo com Santos (2014), no que respeita ao método que se encontra sujeito ao abate do *GW* diretamente aos capitais próprios, nas reservas consolidadas, não permitia o claro balanceamento dos rendimentos e gastos. Esta hipótese não era isenta de manipulações por parte das entidades, visto, estas poderiam subavaliar os justos valores dos ativos líquidos adquiridos e daí resultar um *GW* mais elevado.

Esta ideia era defendida por quem não considerava o *GW* adquirido como ativo e defendia a sua eliminação por contrapartida de CP, com base nos seguintes argumentos:

- O *GW* constitui uma das principais diferenças entre o método da compra e o método da união de interesses. Ao desconsiderar-se o *GW* está a atenuar-se os efeitos da eliminação do método da união de interesses;
- O *GW* não é um ativo, pois não pode ser vendido isoladamente;
- Após a aquisição o *GW* não é facilmente mensurável;
- A amortização do *GW* é arbitrária.

No que respeita ao método que reconhece o *GW* como um ativo sujeito a testes de imparidade, de acordo com Santos (2014), baseia-se no pressuposto de que aquele pode ter uma vida económica indefinida, ou muito longa, como é o caso, por exemplo, de certas marcas que existem há muitos anos sem que se tenha verificado qualquer diminuição de valor, uma vez que não se consomem.

No §5 da NCRF 12 refere que uma entidade deve avaliar em cada data de relato se há qualquer indicação de que um ativo possa estar com imparidade, se existir qualquer indicação, deve estimar a quantidade recuperável do ativo, a entidade deve testar anualmente a imparidade do *GW* independentemente de existir ou não qualquer indicação de imparidade, tal como referido na alínea.

No que respeita à periodicidade para efetuar os testes de imparidade anuais, no § 8 da NCRF 12, refere que os mesmos podem ser efetuados em qualquer altura do ano, desde que efetuados todos os anos na mesma altura. No entanto, quando o *GW* existente for o resultado de uma CAE ocorrida no exercício em análise, o teste à imparidade das Unidade Geradora de Caixa (UGC) que incluem o *GW* deverá ser efetuado antes do final do exercício.

De acordo com o §49 da NCRF 12, é referido um ponto importante no que respeita à necessidade de efetuar os testes de imparidade a ativos individuais incluídos na UGC à qual o *GW* foi alocado, sempre em primeiro lugar. Entendo que o princípio subjacente é que as perdas de imparidade devem ser identificadas sempre que possível ao nível dos ativos individuais, isto porque se por exemplo, uma máquina que está incluída numa UGC já não se encontra a ser utilizada, não faz sentido continuar a incluí-la na UGC, porque a partir do momento que essa informação é conhecida a UGC passa a ser a própria máquina, cujo valor de uso é nulo dado não serem expectáveis fluxos de caixa futuros associados à mesma, devendo para o efeito ser determinado o justo valor menos os gastos de vender e registada a perda de imparidade correspondente.

Tal como referido no §62 da NCRF 12, uma perda por imparidade reconhecida para o *GW* não deve ser revertida num período posterior.

De acordo com as IFRS o *GW* não é amortizado, devendo ser sujeito a testes de imparidade anual, não sendo requerida a sua contabilização separada do investimento financeiro.

2.2.5 Divulgação

Divulgar tem por objetivo dar a conhecer outras informações importantes que sejam indispensáveis para quem usufrui das demonstrações financeiras. Desta forma, os mesmos ficam com o conhecimento da situação real das empresas.

Nas divulgações deve-se mencionar as notas do anexo às demonstrações financeiras podendo estas compor-se em texto explicativo ou quadros para que se possa compreender o desempenho e a posição financeira de uma empresa.

A transparência na divulgação é fundamental para que a informação transmitida de cada empresa seja a mais correta, e tudo isto contribui para que assim o seja.

Segundo Gomes (2006),

[c]onsidera-se que as empresas não devem restringir-se em divulgar, apenas, as informações requeridas pela regulamentação mas transmitir as informações que qualquer indivíduo ou entidade, com interesse nos ativos da empresa, tenham condições de constituir uma visão correta sobre sua realidade.

Na divulgação dos investimentos realizados em AI, segundo Queiroz (2005) considera-se que, sob o ponto de vista do investidor, existe uma percepção no mercado de que as companhias mais empenhadas em evidenciar os seus AI serão as mais valorizadas. Considera-se, também que os investidores incutem, cada vez mais, um volume maior de informações sobre os AI, pois sem essas informações, as suas projeções e avaliações tendem a afastar-se do valor justo, resultando numa crescente volatilidade no mercado e num acréscimo do custo de capital.

Deve-se divulgar informação que permita aos utentes das demonstrações financeiras avaliar a natureza e o efeito financeiro das concentrações de atividades empresariais ocorridas no período ou após a data do balanço.

Deve-se divulgar:

- A denominação social e descrições das entidades concentradas;
- A data de aquisição;
- A percentagem de instrumentos de capital próprio adquirido com direito a voto;
- O custo da concentração e descrição dos componentes desse custo, incluindo os custos diretamente atribuíveis à concentração. Quando se emitirem ou forem passíveis de emissão, instrumentos de capital próprio com parte do custo, deve-se divulgar, o número de instrumentos de capital próprio emitido ou passíveis de emissão, o justo valor desses instrumentos e a base para determinar esse justo valor.

Os investidores devem ter a informação que permita avaliar os efeitos financeiros dos ganhos, perdas, correções de erros e outros ajustamentos reconhecidos no período e que se relacionem com concentrações do período ou de períodos anteriores, deve-se divulgar também as alterações no valor contabilístico do *GW*.

Pode-se então considerar que uma maior imposição da divulgação acerca das bases de determinação dos testes de imparidade, pressupostos utilizados e divulgação explícita do

resultado dos mesmos, a divulgação da quantia recuperável determinada, contribuiria bastante para uma maior transparência da informação divulgada.

2.2.6 Principais Diferenças entre as Normas Nacionais e Internacionais

Os Grupos não cotados podem optar pela adoção das NCRF ou IFRS nas contas individuais e consolidadas da empresa-mãe, sendo essa opção aplicável às empresas incluídas no âmbito da consolidação.

De igual forma, os grupos cotados podem optar pela adoção das NCRF ou das IFRS nas suas contas individuais, bem como nas contas das empresas incluídas na consolidação.

Devem-se observar prudentemente as diferenças entre as NCRF e as IFRS, no que respeita ao tema, identificando as vantagens e desvantagem, de forma a que a opção escolhida seja a mais favorável para a entidade.

Como sucedeu noutros países da UE, as NCRF resultam de uma adaptação do normativo e não da sua adoção. Ainda que, as NCRF tenham por base o normativo IFRS, em alguns aspetos a Comissão de Normatização Contabilística (CNC) introduziu alterações, tendo em conta a realidade portuguesa.

Para além das diferenças que resultam das diferentes opções da CNC, as diferenças entre as NCRF e as IFRS dependerão do facto de a CNC acompanhar, num prazo razoável, as alterações introduzidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e endossadas pela UE e também das opções tomadas pelo CNC, uma vez que as alterações ao normativo IAS/IFRS, mesmo que endossadas pela UE, não têm acolhimento direto nas NCRF.

Finalmente, as diferenças entre as NCRF e as IFRS poderão ainda resultar de diferentes posições da União Europeia relativamente ao normativo emitido pelo IASB, sendo disso exemplo o facto do *GW* e os *AI* com vida útil indefinida serem amortizados no normativo NCRF, não o sendo no normativo das IFRS

A partir dos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2016, os *AI* com vida indefinida passam a ser amortizados no prazo máximo de dez anos, de acordo com a versão revista da NCRF 6.

No que respeita as contas individuais, nas NCRF tem de se usar o método de equivalência patrimonial na contabilização dos investimentos em subsidiárias e em associadas. Nas entidades conjuntamente controladas adota-se o método de equivalência patrimonial se a

entidade for obrigada a elaborar contas consolidadas, ou o método da consolidação proporcional, se a entidade não apresentar contas consolidadas. De acordo com a versão revista da NCRF 13 – Interesses em Empreendimentos Conjuntos e Investimentos em Associadas (NCRF 13), o *GW* relacionado com uma associada é apresentado separadamente na quantia escriturada do investimento.

No normativo IFRS, os investimentos em subsidiárias e em associadas são mensurados pelo custo, método de equivalência patrimonial ou justo valor, e os investimentos em entidades conjuntamente controladas são mensurados pelo método de equivalência patrimonial. Por outro lado, o *GW* em associadas integra o valor do investimento financeiro.

No que respeita as contas consolidadas – entidades conjuntamente controladas, nas NCRF, são consolidadas pelo método da consolidação proporcional.

No normativo das IFRS é adotado o método de equivalência patrimonial.

A NCRF 14, revista no ano de 2015, incorporou as alterações da IFRS 3 revista, tendo eliminado quase todas as diferenças existentes entre as duas normas. No entanto, mantêm-se as seguintes diferenças:

- A NCRF 14 não acatou o método do *GW* total, previsto na IFRS 3 como opção, pelo que os interesses que não controlam continuam a ser mensurados no normativo NCRF pela proporção que lhes corresponde no justo valor dos ativos, passivos e passivos contingentes identificados;
- De acordo com a NCRF 14 revista em 2015, o *GW* passa a ser amortizado pela sua vida útil (ou em 10 anos, se a vida útil não se estimar com fiabilidade), sendo que, de acordo com a IFRS 3, o *GW* não é amortizado, sendo sujeito obrigatoriamente a testes de imparidade anual.

2.2.7 Alterações ao Sistema de Normalização Contabilística em 2015 face à Versão Anterior

No que respeita à NCRF 6 ocorreu uma significativa alteração a cerca dos AI, uma vez que os que têm uma vida útil indefinida passam a ter de ser amortizados num prazo máximo de 10 anos.

Através da Tabela 2.1 §36 da NCRF 6 pode-se verificar as alterações na mensuração dos AI.

Tabela 2.1 §36 da NCRF 6-Ativos intangíveis.

Antes da Diretiva	Após a Diretiva
Um AI adquirido numa CAE pode ser separável, mas apenas em conjunto com um AI ou um AFT relacionado. O adquirente reconhece o grupo de ativos como um único ativo separadamente do <i>GW</i> se os justos valores individuais dos ativos do grupo não foram fiavelmente mensuráveis.	Um AI adquirido numa CAE pode ser separável, mas apenas em conjunto com um AI ou um AFT relacionado. O adquirente reconhece o AI separadamente do <i>GW</i> , mas em conjunto com o item relacionado.

Através da Tabela 2.2 §87 da NCRF 6 pode-se verificar as alterações na vida útil dos AI.

Tabela 2.2 §87 da NCRF 6-Ativos intangíveis.

Antes da Diretiva	Após a Diretiva
A contabilização de um AI baseia-se na sua vida útil. Um AI com uma vida útil finita é amortizado, e um ativo intangível com vida útil indefinida não o é.	A contabilização de um AI baseia-se na sua vida útil. Um AI com uma vida útil finita é amortizado, e um ativo intangível com vida útil indefinida é amortizado.

Através da Tabela 2.3 §105 da NCRF 6 pode-se verificar as alterações na vida útil indefinida dos AI.

Tabela 2.3 §105 da NCRF 6-Ativos intangíveis.

Antes da Diretiva	Após a Diretiva
Um AI com uma vida útil indefinida não deve ser amortizado.	Um AI com uma vida útil indefinida deve ser amortizado num período máximo de 10 anos, aplicando-se-lhe, com as necessárias adoções, o disposto no §95 a 104.

Relativamente à NCRF 12, deixa de ser obrigatório efetuar testes de imparidade de AI com uma vida útil indefinida e do *GW*, uma vez que estes ativos passam a estar sujeitos a amortização. Este teste passa a ser necessário quando existirem indicadores de imparidade.

Através da Tabela 2.4 §6 da NCRF 12 pode-se verificar as alterações na identificação de um ativo que possa estar com imparidade.

Tabela 2.4 §6 da NCRF 12-Imparidade de ativos.

Antes da Diretiva	Após a Diretiva
Independentemente de existir ou não indicação de imparidade, uma entidade deve testar anualmente a imparidade de um AI com uma vida útil indefinida ou um AI ainda não disponível para uso comparando a sua QE com a sua QR. Pode ser efetuado a qualquer momento durante o período anual, desde que seja efetuado no mesmo momento de cada ano. AI diferentes podem ser testados quanto à imparidade em momentos diferente. Se um desses ativos for inicialmente reconhecido durante o período anual corrente, esse ativo deve ser testado quanto a imparidade antes do final do período corrente.	Independentemente de existir ou não indicação de imparidade, uma entidade deve testar anualmente a imparidade de um AI ainda não disponível para uso comparando a sua QE com a sua QR. Pode ser efetuado a qualquer momento durante o período anual, desde que seja efetuado no mesmo momento de cada ano. AI diferentes podem ser testados quanto à imparidade em momentos diferente. Se um desses ativos for inicialmente reconhecido durante o período anual corrente, esse ativo deve ser testado quanto a imparidade antes do final do período corrente.

Acrescentou-se um §7 que diz que ao avaliar se existe indicação de um ativo possa estar em imparidade, uma entidade deve considerar, como mínimo as seguintes indicações: a) Para um investimento numa subsidiária, entidade conjuntamente controlada ou associada, o investidor reconhece um dividendo do investimento e estão disponíveis provas de que: b) A Quantia Escriturada (QE) do investimento constante das DF individuais excede as QE dos ativos líquidos da subsidiária constante das DF consolidadas, incluindo o *GW* associado.

Através da Tabela 2.5 §42 da NCRF 12 pode-se verificar as alterações às unidades geradoras de caixa e *Goodwill*.

Tabela 2.5 §42 da NCRF 12-Imparidade de ativos.

Antes da Diretiva	Após a Diretiva
Se uma entidade reorganizar a sua estrutura de relato de forma que altera a composição de uma ou mais UGC às quais tenha sido imputado <i>GW</i> , este deve ser reimputado às unidades afetadas. Devendo ser efetuada usando uma abordagem pelo valor relativo semelhante à utilizada quando uma entidade aliena uma unidade operacional no seio de uma UGC, a não ser que a entidade possa demonstrar que outro método reflete melhor o <i>GW</i> associado as unidades reorganizadas.	Se uma entidade reorganizar a sua estrutura de relato de forma que altera a composição de uma ou mais UGC às quais tenha sido imputado <i>GW</i> , este deve ser reimputado às unidades afetadas. Devendo ser efetuada usando uma abordagem pelo valor relativo semelhante à utilizada quando uma entidade aliena uma unidade operacional no seio de uma UGC, a não ser que a entidade possa demonstrar que outro método reflete melhor o <i>GW</i> associado as unidades reorganizadas. A nova imputação deve ser efetuada com base na QE do <i>GW</i> líquida de amortização acumuladas e imparidade.

Através da Tabela 2.6 §47 da NCRF 12 pode-se verificar as alterações na tempestividade dos testes de imparidade.

Tabela 2.6 §47 da NCRF 12-Imparidade de ativos

Antes da Diretiva	Após a Diretiva
O teste de imparidade anual para uma UGC a que tenha sido imputado <i>GW</i> pode ser efetuado a qualquer momento durante um período anual, desde que seja efetuado no mesmo momento todos os anos. UGC diferentes podem ser testadas quanto à imparidade em momentos diferentes. Mas se uma parte, ou todo o <i>GW</i> imputado a uma UGC tiver sido adquirido numa concentração de atividades empresariais durante o período corrente anual, essa unidade deve ser testada quanto à imparidade antes do final do período corrente anual.	UGC diferentes podem ser testadas quanto à imparidade em momentos diferentes.

No que respeita à NCRF 14, existem alterações, uma vez que esta norma tinha por base a versão anterior da IFRS 3, tendo agora sido acolhidas as alterações introduzidas pela revisão da mesma.

Através da Tabela 2.7 §1 da NCRF 14 pode-se verificar as alterações nos objetivos.

Tabela 2.7 §1 da NCRF 14-Concentração de atividades empresariais.

Antes da Diretiva	Após a Diretiva
(...) Por isso, a adquirente reconhece os ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis da adquirida pelos seus justos valores à data de aquisição, e reconhece também o <i>GW</i> , que é posteriormente testado quanto à imparidade, não sendo assim amortizado.	(...) Por isso, a adquirente reconhece os ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis da adquirida pelos seus justos valores à data de aquisição, e reconhece também o <i>GW</i> , que é amortizado no período da sua vida útil (ou em 10 anos, caso a vida útil não possa ser estimada com fiabilidade).

Através da Tabela 2.8 §46 da NCRF 14 pode-se verificar as alterações no *GW*.

Tabela 2.8 §46 da NCRF 14-Concentração de atividades empresariais.

Antes da Diretiva	Após a Diretiva
O <i>GW</i> adquirido numa CAE não deve ser amortizado. Em vez disso, a adquirente deve testá-lo quanto à imparidade anualmente, ou com mais frequência se os acontecimentos ou alterações nas circunstâncias indicarem que pode estar com imparidade, de acordo com a NCRF 12 - Imparidade de Ativos.	O <i>GW</i> adquirido numa CAE deve ser amortizado, nos termos da NCRF 6 – Ativos Intangíveis, no período da sua vida útil (ou em 10 anos, caso a vida útil não possa ser estimada com fiabilidade). Além disso, a adquirente deve testá-lo quanto à imparidade se os acontecimentos ou alterações nas circunstâncias indicarem que pode estar com imparidade, de acordo com a NCRF 12 - Imparidade de Ativos.

Acrescentou-se um §47 que diz que a vida útil do *GW* gerado numa CAE pode ser diferente conforme a unidade geradora de caixa à qual é imputado. Por exemplo, numa CAE, é gerado *GW* relativo a duas unidades geradoras de caixa distintas, sendo que uma dessas tem uma vida máxima de cinco anos e a outra tem maturidade definida e estima-se que o *GW* gere benefícios ao longo de dez anos. Neste caso, a vida útil das duas porções de *GW* devera ser distinta, apesar de ter sido gerada numa mesma CAE.

3. Revisão da Literatura

3.1 Impacto dos Testes de Imparidade

Ainda que as normas nacionais e internacionais evoluam no sentido de uma maior uniformização no tratamento contabilístico do *GW* o desacordo começa quando se trata de saber como trata-lo posteriormente ao seu reconhecimento inicial como ativo no balanço. Será que este deve ser amortizado? Deve ser apenas sujeito a testes de imparidade? Qual o melhor tratamento a adotar?

Ao reconhecer o *GW* como ativo, sabemos que este terá uma vida útil finita, o que pressupõem que se reconheça a sua amortização. Mas como determinar uma data-limite para o consumo de benefícios económicos futuros?

Segundo Rodrigues (2003), a discussão sobre se o *GW* deve ou não ser amortizado é tão velha como o seu aparecimento na contabilidade. Dois argumentos principais são avançados pelos apoiantes da capitalização e amortização sistémica do *GW* contra a perspetiva da sua consideração como ativo permanente. Sendo o primeiro, o princípio da correlação dos custos e proveitos, pois este sem amortização não possibilita estabelecer relação direta entre os benefícios gerados por um determinado investimento e os custos associado a esse mesmo investimento, não sendo possível avaliar o desempenho da entidade global resultante da aquisição, visto que o valor pago em excesso (*GW* adquirido) não será refletido nos resultados dos exercícios subsequentes. O seguinte é a ambiguidade que poderá subentender a manutenção no balanço, por tempo indeterminado no valor do *GW* apurado numa aquisição, sem se proceder a uma redução do seu valor inicial. Esta situação leva à identificação do *GW* gerado internamente, com o *GW* suportado numa operação de aquisição de partes de capital. Assim, o *GW* auto-gerado passaria a ser reconhecido nas demonstrações financeiras.

Segundo Rodrigues (2003), são quatro os argumentos utilizados contra a amortização sistémica e a favor da permanência do valor do *GW* no balanço:

- Numa empresa rentável o *GW* não perde valor, visto que o seu valor é mantido, pois a entidade adquirente preserva no tempo as suas vantagens obtidas na aquisição que gerou o *GW*. Com o decorrer da sua atividade, continua a praticar investimentos que asseguram o acréscimo da capacidade do *GW* produzir benefícios económicos futuros, permitido assegurar a manutenção do seu valor com a realização dessas despesas, pelo que, não faz sentido realizar uma amortização sistémica;

- O *GW* é um ativo que é utilizado para gerar rendimento, cuja utilização não envolve qualquer consumo, não se prevendo redução do seu valor;
- A sua vida útil é infinita, sendo qualquer método de amortização arbitrário;
- Ao considerar a amortização do *GW*, e em simultâneo a contínua realização de despesas necessárias à sua manutenção, implicaria uma dupla contabilização dos custos, penalizando os resultados.

Para Rodrigues (2003), alguns dos argumentos são pouco fundamentados e falaciosos. Garantir a identificação dos custos, que se tornam necessários suportar para a manutenção do *GW*, nada tem a ver com a sua amortização, pois são duas transações diferentes, pois uma que diz respeito à imputação de parte do investimento realizado (*GW* inicial adquirido) e a outra relaciona-se com a sua manutenção, e se existe um duplo investimento, terá de se refletir numa dupla contabilização.

No entanto, uma grande parte do conjunto de bens imateriais incluídos no valor do *GW* tem uma vida útil finita, a vida económica da generalidade dos ativos quer tangíveis quer intangíveis é limitada, a não ser que se venham a efetuar continuamente despesas para manter e repor os seus valores. Mesmo com dificuldade em atribuir uma vida útil, estes argumentos não se afiguram suficientemente valiosos para não se considerar a amortização do *GW*.

Então deve ou não ser mantido o valor do *GW* eternamente nas demonstrações financeiras? Para Rodrigues (2003), a resposta é não, devendo reconhecer o *GW* como ativo e amortizá-lo com uma vida útil que se julgue razoável, desta forma garantir alguma transparência nas demonstrações financeiras.

Uma das problemáticas é definir uma vida útil, um prazo médio que tenha em consideração a diversidade de elementos que compõem o *GW*, de forma a evitar a sua permanência no balanço indefinidamente ou por períodos superiores à sua vida útil. Quanto maior o prazo limite previsto nas normas, menor o impacto na amortização nos resultados.

Mesmo nos defensores da amortização existe uma divisão entre os que defendem que esta deve ser um custo do exercício, afetando os resultados, e outros defendem que a amortização não deve afetar os resultados, não se considerando custo operacional da empresa, devendo ter como contrapartida uma conta de capital, resultando de um prémio pago por antecipação de resultados supranormais. Isto conduz a que não exista relação entre o valor escriturado e o VM depois da operação de aquisição realizada, o que leva à ideia de que o período de

amortização escolhido possa ser definido mais em função dos gestores, para minimizar os efeitos da política de amortização sobre os resultados apresentados em cada ano, do que o resultado com base na verdadeira essência económica do *GW*.

Amortizar é definir uma vida económica útil, o *GW* retrata um conjunto de elementos com diferentes expectativas de vida, põe em questão a relevância de qualquer número que se obtenha, pois é impossível estabelecer uma vida útil única para elementos tão distintos como a reputação pela qualidade, fidelidade dos clientes, *marketing*, ligações com outras empresas, prestígio, nível de treino da força de trabalho, capacidade de gestão e outros de natureza intangível que estão inseridos no *GW*.

A realização de testes de imparidade, ou redução do valor do *GW*, tem como propósito a necessidade de testar a recuperabilidade do seu valor, de modo a que a quantia registada deva ser a menor entre o valor contabilístico/quantia escriturada e o valor recuperável, sendo este o maior entre o valor realizável líquido (justo valor menos os custos de vender) e o valor de uso. Sendo a diferença entre a quantia escriturada e a quantia recuperável, reconhecida como uma perda por imparidade do exercício, ou seja, quando o valor do ativo reconhecido no balanço é superior ao que realmente vale. Ao se verificar uma perda por imparidade, esta deve ser reconhecida nos resultados.

Li & Sloan (2014) receiam que os testes de imparidade podem não ser de elevada confiança e que a gestão pode mesmo atrasar imparidades necessárias.

Segundo Rodrigues (2003), esta redução de valor está associada à questão da valorização do elemento e não à sua imputação aos resultados do exercício com vista a refletir o consumo dos benefícios económicos futuros que o mesmo representa. Sendo que a eventual redução desse valor sustenta a ideia de que o balanço não deve integrar elementos valorizados por valores tais que não tenham hipóteses de vir a ser recuperadas a partir da sua utilização, com isto põe-se em questão a relevância da informação divulgada.

Com testes de imparidade deixa de se atribuir uma vida útil ao *GW*, passando este ativo a ter uma vida indefinida e sujeito a testes de imparidade.

Quando o SNC entrou em vigor, o *GW* deixou de ser amortizado, passando a sofrer apenas testes de imparidade.

Com a revogação da amortização e a introdução dos testes de imparidade aumentou a responsabilidade da gestão das empresas para determinar o justo valor do *GW* e obrigou à

realização de análises mais perspicazes das demonstrações financeiras por parte dos auditores, órgãos reguladores e investidores (Hayn & Hughes, 2006).

De acordo com os estudos de Hayn e Hughes (2006), existe insuficiente informação financeira divulgada, relativamente ao reconhecimento das perdas por imparidade do *GW* e ao seu tratamento subsequente. Estas novas exigências normativas acabam por afetar negativamente a qualidade dos resultados, dado que o desempenho das empresas não é bem perceptível.

De acordo com Haller *et al.* (2009) investigaram o impacto da adoção pela primeira vez das IFRS nas Demonstrações Financeiras consolidadas de 103 empresas alemãs com valores cotados. Analisando as reconciliações do capital próprio e do resultado líquido preparadas por essas empresas para efeitos comparativos da sua informação financeira, no primeiro exercício em que adotaram as IFRS, verificou-se um aumento significativo, quer no capital próprio, quer no resultado líquido de exercício. A IFRS 3 foi uma das normas que mais contribuiu para aquele aumento do resultado líquido.

Bens *et al.* (2011) demonstraram que se verificou uma reação negativa do mercado quanto à não amortização do *GW*, especialmente nas empresas com maior dimensão e com mais elevada assimetria de informação. A divulgação da informação relacionada com o *GW*, nomeadamente sobre as perdas por imparidade do *GW*, é insuficiente e muito heterogénea, verificando-se um reduzido nível de cumprimento com os requisitos de divulgação das normas, conforme comprovam os estudos de Glaum *et al.* (2013), Carlin e Finch (2010) e Shalev (2009).

Camodeca e Almici (2012) verificaram que os processos relativos à realização dos testes de imparidade do *GW* revelam um maior grau de cumprimento com as normas nos grupos de maior dimensão, mas que o nível de divulgação é reduzido.

Os testes de imparidade do *GW* continuam a ser utilizados para satisfazer os interesses de gestão. Hayn & Hughes (2006) denotaram que o reconhecimento das perdas por imparidade do *GW* ocorre, em média, entre três ou quatro anos após a imparidade económica, medida através de indicadores de desempenho. Este atraso pode dever-se à gestão discricionária do momento de reconhecimento daquelas perdas, de forma a atingir objetivos de gestão.

Li & Meeks (2010) investigaram o valor relevante do *GW* no Reino Unido. Analisaram o período de 1996 a 2002, anos em que a contabilidade no Reino Unido permitiu às empresas utilizar o método da imparidade para além do da amortização. As Imparidades foram mais comuns no ano de 2002, último ano da amostra. Além da crise económica daquele ano, as

organizações estavam mais familiarizadas com os testes do que anos anteriores. Em contraste com amortização, as imparidades são percebidas como relevantes por parte dos investidores.

3.2 Impacto do *Goodwill* nos Resultados das empresas

São diversas as características que poderão contribuir para a alteração nos resultados, apenas através da contabilização de um ativo intangível.

Perramon e Amat (2006) analisaram os primeiros resultados da implementação das IFRS nas demonstrações financeiras de empresas espanholas cotadas e não financeiras. As reconciliações entre IFRS e normas espanholas permitiram evidenciar quais as normas internacionais de contabilidade que conduziram a impactos significativos nos resultados líquidos. São identificadas as principais diferenças entre IFRS e normas espanholas: aplicação do justo valor, custos de capitalização e contabilização do *GW*. Concluem então, que a introdução das normas internacionais podem influenciar os resultados devido à aplicação do justo valor a instrumentos financeiros e às novas regras para contabilizar o *GW*. Jaruga *et al.* (2007) aferiram o impacto da adoção das IFRS no capital próprio e nos resultados líquidos das empresas cotadas na Polónia. Depois de analisarem as demonstrações financeiras das empresas, identificaram as alterações significativas que ocorreram.

Embora, a maioria das empresas, no que diz respeito ao capital próprio, apresentem um aumento como consequência da alteração do normativo, os autores concluíram não ser possível identificar uma tendência clara nas alterações verificadas nesta rubrica. Os autores identificaram as principais causas das maiores diferenças (tanto positivas como negativas) verificadas nesta rubrica.

Relativamente ao resultado líquido também não identificaram uma tendência clara das alterações verificadas nesta rubrica fruto da transição para as IFRS, mas concluíram que a referida transição trouxe alterações significativas ao nível dos resultados líquidos. Também neste caso identificaram as principais causas das maiores diferenças (tanto positivas como negativas).

Cordeiro *et al.* (2007), mediram o impacto da aplicação das IFRS na informação financeira das empresas portuguesas cotadas. Os resultados mostram que o balanço e a demonstração dos resultados das empresas estudadas sofrem conversões contabilísticas relevantes no processo de adoção das normas internacionais. Não foi encontrado um padrão claro nas variações contabilísticas. A implementação das IFRS condicionou medidas de performance e da posição

financeira das empresas em Portugal, na medida em que, com a adoção do novo normativo, o capital próprio reduz em média 3,19%, e os resultados após impostos aumentam em média 14,66%.

Lopes e Viana (2008), realizaram uma análise qualitativa, explicações narrativas da transição, e uma análise quantitativa, reconciliações do processo de transição de normativo contabilístico. Os resultados sugerem que os objetivos de comparabilidade, relevância e compreensibilidade definidos pela recomendação do *Committee of European Securities Regulators* não são alcançados. Pelo índice de conservadorismo de *Gray*, os autores concluem que as normas portuguesas são mais conservadoras do que as IFRS.

4. Estudo Empírico

Dentro dos AI, esta investigação tem como foco principal o *GW*. Para este estudo os dados foram recolhidos através de uma consulta dos Relatórios e Contas apresentados pelas empresas cotadas na *Euronext* Lisboa, conforme apresentado no Apêndice 1. Neste capítulo são apresentadas as hipóteses de investigação, a metodologia adotada e os resultados do estudo em termos de estatística descritiva e modelo de regressão linear, com o objetivo de avaliar sobre o impacto do *GW* nas DF e se os investidores são sensíveis à informação intangível relatada pelas empresas.

4.1 Hipóteses de Investigação

O impacto do *GW* e o seu valor relevante são testados através de seis hipóteses.

H1: Existem diferenças significativas nas variáveis contabilísticas das empresas entre 2013 e 2014

Através da primeira hipótese (H1), procede-se à análise da estatística descritiva das variáveis contabilísticas, para os anos de 2013 e 2014.

H2: Existem diferenças significativas nos valores dos rácios das empresas com *GW* face às empresas sem *GW*

Através da segunda hipótese (H2), procede-se a uma breve análise de alguns indicadores económicos, analisando os rácios de endividamento, solvabilidade e autonomia financeira para as empresas com *GW* e para as empresas sem *GW*.

H3: Existe uma relação positiva entre os CP e o VM das empresas

Através da terceira hipótese (H3), pretende-se entender se mais do que o impacto do *GW* isoladamente são as alterações do CP o que tem impacto na tomada de decisão dos investidores. Esta hipótese avalia se os valores do CP das empresas influenciam significativamente o seu VM.

H4: Existe uma relação positiva entre os RPA e o VM das empresas

Através da quarta hipótese (H4), pretende-se entender se mais do que o impacto do *GW* isoladamente são as alterações do RPA o que tem impacto na tomada de decisão dos investidores. Esta hipótese avalia se os valores do RPA das empresas influenciam significativamente o seu VM.

H5: Existe uma relação positiva entre os AI e o VM das empresas

Através da quinta hipótese (H5), pretende-se avaliar se os AI totais, capitalizados pelas empresas, influenciam significativamente o seu VM. Esta hipótese indica se os investidores são sensíveis à capitalização dos AI, aquando da tomada de decisão dos seus investimentos.

H6: Existe uma relação positiva entre *GW* e o VM das empresas

Através da sexta hipótese (H6), pretende-se testar se o *GW* tem uma relação significativa com o VM das empresas, verificando-se se os investidores são sensíveis a este tipo de informação financeira aquando da tomada de decisão dos seus investimentos económicos.

4.2 Metodologia

A metodologia adotada na presente dissertação baseou-se, em primeiro lugar, numa criteriosa recolha e análise dos dados dos relatórios e contas das empresas que compõem a *Euronext* Lisboa, correspondentes aos períodos findos em 2013 e 2014. Tendo em consideração as especificidades próprias inerentes a cada entidade, as empresas foram classificadas por setores de atividade, de acordo com a classificação apresentada pela *Euronext* no seu sítio da Internet. Procedeu-se de seguida, à recolha do valor da cotação das ações, no fecho dos relatórios e contas das referidas empresas, bem como à recolha do número de ações em circulação, à data de fecho. Por último, realizou-se uma análise variada e multivariada, bem como a aplicação do modelo de regressão linear.

4.2.1 Amostra e Recolha de Dados

A amostra é constituída pelas empresas que compõem empresas cotadas na *Euronext* Lisboa, com valores admitidos à negociação, correspondentes aos períodos findos em 2013 e 2014 excluindo os clubes de futebol e empresas financeiras resultando numa amostra com 76 observações.

A amostra encontra-se subdividida por setores de atividade, de acordo com a classificação disponibilizada pela *Euronext* Lisboa, no seu sítio da internet.

Tabela 4.9 Distribuição das empresas por setores de atividade económica.

Setor de Atividade	Nº de empresas da amostra 2013	Nº de empresas da amostra 2014
Bens de consumo	3	3
Indústria	11	11
Matérias-Primas	4	4
Petrolífero	1	1
Serviços	10	10
Tecnologia	4	4
Telecomunicações	2	2
<i>Utilities</i>	3	3
Total	38	38

Para a obtenção do valor contabilizado dos respetivos AI, procedeu-se à consulta dos relatórios e contas, dos anos 2013 e 2014, para todas as entidades que compõem a amostra. Foram, igualmente, recolhidos o preço das ações apurados na data de fecho dos relatórios e contas, tendo por objetivo analisar o impacto dos AI sobre a volatilidade do preço das ações.

Após a recolha dos relatórios e contas das 38 empresas selecionadas, procedeu-se à análise das notas das suas demonstrações financeiras, de modo a identificar a forma e a abordagem a utilizar no tratamento das variáveis do estudo alvo. Realizou-se uma pesquisa pormenorizada do tipo de informação divulgada, descrita e justificada nos quadros inseridos em cada relatório e contas que lhes serviram de síntese. Das DF das empresas selecionadas foram recolhidos os seguintes valores:

- Total do ativo;
- Capital próprio (excluindo interesses minoritários);
- Resultado líquido (excluindo interesses minoritários);
- Total do passivo;
- Volume de negócios;

- Total dos AI;
- Total do *GW*;
- Número total de ações;
- Resultado por ação.

A exclusão dos interesses minoritários deve-se ao facto de se pretender estudar o impacto das variáveis do estudo sobre o património da empresa e não sobre a parte do património pertencente a terceiros.

Conforme referido anteriormente, procedeu-se, ainda, à recolha do preço de mercado, na data de fecho dos relatórios e contas das referidas empresas. Esta consulta foi realizada através da utilização do sítio da internet da Agência Financeira.

Através da consulta dos relatórios e contas de 2013 e de 2014, recolheram-se os dados correspondentes a todas as variáveis independentes que constituem o modelo. Os dados relativos ao capital próprio, resultado por ação, AI e *GW* foram diretamente retirados das demonstrações financeiras das entidades.

O tratamento e análise dos dados foram processados com recurso ao programa *Portable IBM SPSS Statistics*© Versão 21, um *software* de análise estatística e tratamento de dados.

4.3 Estatística Descritiva

Com o objetivo de testar a H1 procedeu-se à análise da estatística descritiva das variáveis contabilísticas, para os anos de 2013 e 2014 assim como uma breve análise aos indicadores económicos.

As tabelas seguintes evidenciam o valor das variáveis contabilísticas por setor, no período de 2013, referentes ao CP, resultado líquido, AI e ativos totais.

Tabela 4.10 Valor médio por setor do capital próprio, resultado líquido, ativos intangíveis, ativos totais, correspondente ao ano 2013.

U.M. montantes expressos em milhares de euros

Setor	Capital Próprio	Resultado Líquido	Ativos Intangíveis	Ativos Totais	% de ativos intangíveis nos ativos totais
Bens de Consumo	43 722,28	1 476,50	96 444,13	188 407,20	51%
Industria	235 394,57	32 389,02	67 405,01	862 592,28	8%
Matérias-Primas	686 684,44	101 929,12	91 114,35	1 814 593,95	5%
Petrolífero	6 415,80	188,66	1 545,37	13 717,42	11%
Serviços	119 446,43	11 491,58	14 473,15	353 826,53	4%
Tecnologia	38 095,47	537,61	18 547,68	111 050,19	17%
Telecomunicações	1 098,49	51 888,85	9 015,07	614 990,01	1%
Utilities	6 232,26	483,35	3 327,72	20 061,75	17%

De acordo com a tabela 4.10 no ano de 2013 os setores que registaram, em média, um volume superior de AI foram o setor de Bens de Consumo com cerca de 96.444 milhares de euros.

Em 2013, o setor que apresentou um maior volume de CP e de ativos totais, distanciando-se de uma forma significativa de todos os outros setores, foi o setor das Matérias-Primas. Por oposição, o setor Petrolífero foi aquele que registou os valores mais reduzidos nas rúbricas estudadas.

Analisando a proporção dos AI relatados e comparando-os com os ativos totais, o setor dos Bens de Consumo tem um valor significativo de 51% ao contrário do sector de Telecomunicações que apresenta valor de apenas 1%.

Tabela 4.11 Análise descritiva do capital próprio, resultado líquido, ativos intangíveis, ativos totais, correspondente ao ano 2013.

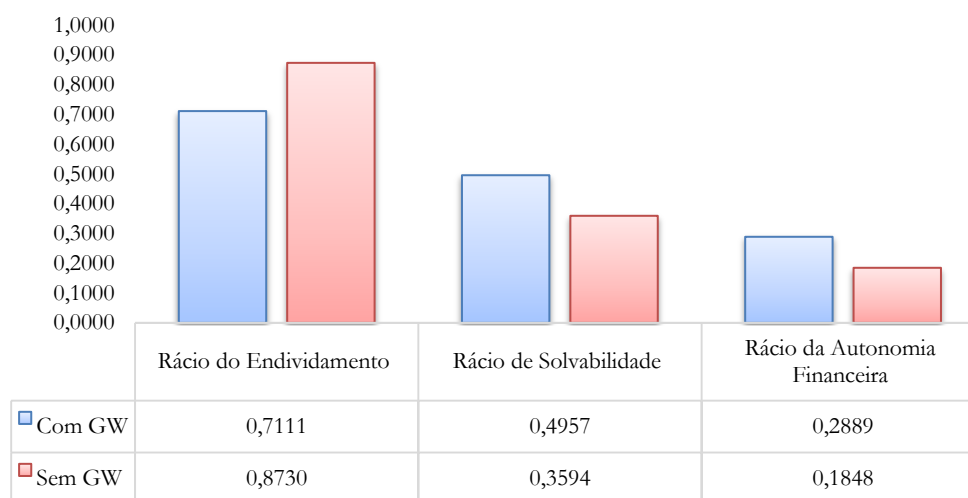
U.M. montantes expressos em milhares de euros

Indicadores Estatísticos	Capital Próprio	Resultado Líquido	Ativos Intangíveis	Ativos Totais
Média	180 036,86	25 425,44	41 255,73	594 696,35
Mediana	26 124,84	277,75	3 350,26	182 222,41
Máximo	1 908 111,42	464 020,29	288 637,74	5 476 537,59
Mínimo	-9 269,79	-78 916,13	1,64	146,10
Desvio Padrão	417 783,80	90 838,56	82 784,48	1 171 602,64
Indicadores Estatísticos	Goodwill	Passivo	Volume Negócios	Resultado por Ação
Média	97 461,69	414 659,49	356 143,02	0,12
Mediana	28 281,63	100 263,15	88 566,43	0,11
Máximo	610 187,86	3 568 426,17	4 821 341,34	1,01
Mínimo	3,77	112 945,00	54,17	-0,96
Desvio Padrão	148 552,59	787 569,70	858 799,35	0,29

De acordo com a tabela 4.11 no ano de 2013, as empresas relataram em média 41.255 milhares de euros de AI e 97.461 milhares de euros de *GW*.

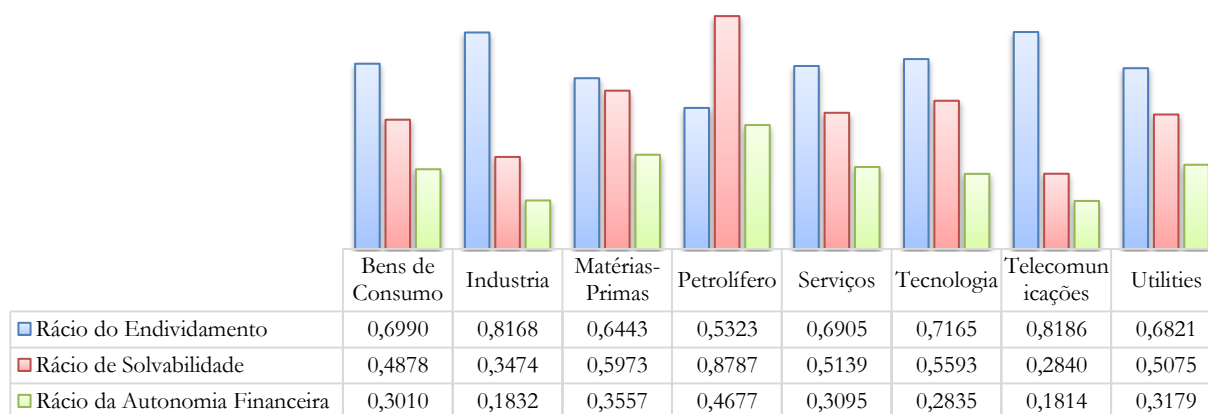
Com o objetivo de testar a H2 procedeu-se à análise de rácios nas empresas que apresentam *GW* e nas empresas que não apresentam *GW*, por sectores de atividade, para o ano de 2013.

Gráfico 4.1 Rácios financeiros de 2013 em função das empresas com e sem *Goodwill*.



Através desta análise podemos concluir que as Empresas com *GW* têm maior Solvabilidade e Autonomia Financeira que as empresas que não apresentam *GW*. Contudo, as empresas sem *GW* apresentam maior rácio de Endividamento.

Gráfico 4.2 Rácios financeiros por setor de atividade, correspondente ao ano de 2013.



Através desta análise, podemos concluir que os sectores de atividade com um rácio de Endividamento mais elevado são o sector Industrial e o das Telecomunicações, sendo o mais baixo o Petrolífero. No que respeita ao rácio da Solvabilidade e Autonomia Financeira o sector Petrolífero é o que apresenta maior valor.

As tabelas seguintes evidenciam o valor das variáveis contabilísticas por setor, no período de 2014, referentes ao CP, resultado líquido, AI e ativos totais.

Tabela 4.12 Valor médio por setor do capital próprio, resultado líquido, ativos intangíveis, ativos totais, correspondente ao ano 2014.

U.M. montantes expressos em milhares de euros

Setor	Capital Próprio	Resultado Líquido	Ativos Intangíveis	Ativos Totais	% de ativos intangíveis nos ativos totais
Bens de Consumo	74 804,11	3 979,11	95 843,57	208 636,70	46%
Industria	216 163,92	-7 776,80	71 868,98	841 779,92	9%
Matérias-Primas	688 217,66	85 453,86	94 453,49	1 749 417,33	5%
Petrolífero	6 424,72	-173,39	1 446,91	13 215,42	11%
Serviços	122 687,32	15 025,81	12 995,86	361 125,14	4%
Tecnologia	39 289,21	1 049,73	9 282,81	110 649,90	8%
Telecomunicações	1 042,00	13 586,33	13 518,96	549 397,80	2%
Utilities	6 478,49	500,86	3 256,32	20 704,70	16%

De acordo com a tabela 4.12 no ano de 2014 os setores que registaram, em média, um volume superior de AI foram o setor de Bens de Consumo com cerca de 95.863 milhares de euros.

Em 2014, o setor que apresentou um maior volume de capitais próprios e de ativos totais, distanciando-se de uma forma significativa de todos os outros setores, foi o setor das Matérias-Primas. Por oposição, o setor Petrolífero foi aquele que registou os valores mais reduzidos nas rúbricas estudadas.

Analisando a proporção dos AI relatados e comparando-os com os ativos totais, o setor dos Bens de Consumo tem um valor significativo de 49% ao contrário do sector de Telecomunicações que apresenta valor de apenas 2%.

Tabela 4.13 Análise descritiva do capital próprio, resultado líquido, ativos intangíveis, ativos totais, correspondente ao ano 2014.

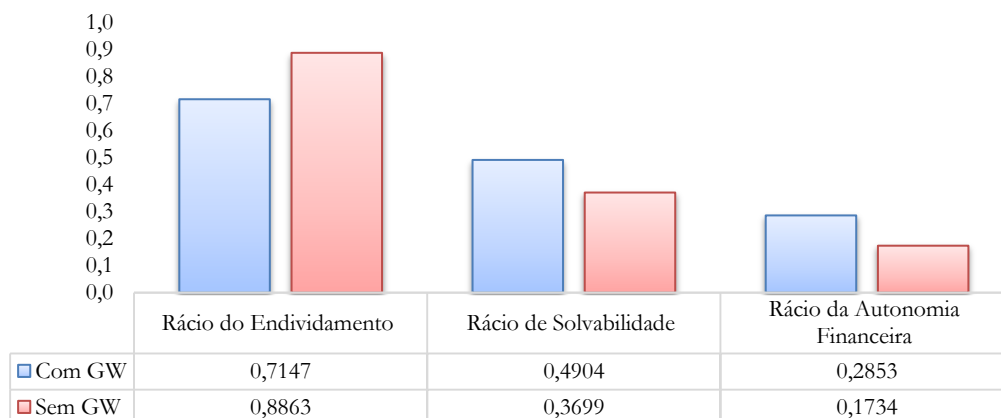
U.M. montantes expressos em milhares de euros

Indicadores Estatísticos	Capital Próprio	Resultado Líquido	Ativos Intangíveis	Ativos Totais
Média	178 080,53	11 311,69	42 446,91	581 871,97
Mediana	15 813,74	225,54	3 360,29	187 654,89
Máximo	1 853 615,11	181 469,42	286 437,53	5 578 121,88
Mínimo	-12 399,82	-136 702,42	1,95	166,11
Desvio Padrão	412 498,07	55 492,67	88 410,33	1 161 480,99
Indicadores Estatísticos	<i>Goodwill</i>	Passivo	Volume Negócios	Resultado por Ação
Média	94 392,87	403 791,43	355 144,92	0,12
Mediana	28 719 066,00	105 768,70	85 789,83	0,11
Máximo	610 590,46	3 724 506,78	4 974 126,50	1,01
Mínimo	3,77	111,19	65,17	-0,96
Desvio Padrão	146 767,86	780 857,45	881 190,67	0,29

De acordo com a tabela 4.13 no ano de 2014, as empresas relataram em média 42.466 milhares de euros de AI e 94.392 milhares de euros em *GW*.

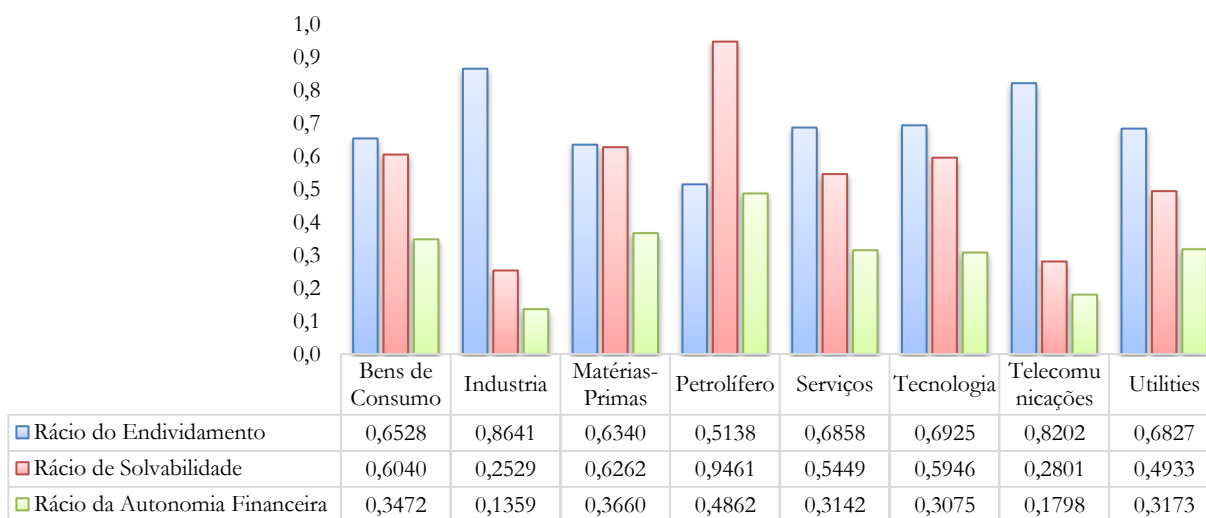
De seguida procedeu-se à análise de rácios nas empresas que apresentam *GW* e nas empresas que não apresentam *GW*, por sectores de atividade, para o ano de 2014.

Gráfico 4.3 Rácios financeiros de 2014 em função das empresas com e sem *Goodwill*.



Através desta análise podemos concluir que as Empresas com *GW* têm maior Solvabilidade e Autonomia Financeira que as empresas que não apresentam *GW*. Contudo, as empresas sem *GW* apresentam maior rácio de Endividamento.

Gráfico 4.4 Rácios financeiros por setor de atividade, correspondente ao ano de 2014.



Através desta análise, podemos concluir que os sectores de atividade com um rácio de Endividamento mais elevado são o sector Industrial e o das Telecomunicações, sendo o mais baixo o Petrolífero. No que respeita ao rácio da Solvabilidade e Autonomia Financeira o sector Petrolífero é o que apresenta maior valor.

4.4 Modelo de Regressão Linear

Com o objetivo de investigar sobre o valor relevante do *GW*, procedeu-se a aplicação de regressões múltiplas para ilustrar os efeitos e relações de causalidade existentes entre variáveis contabilísticas com o valor do *GW* divulgado, tendo-se analisado os períodos de 2013 e 2014. Pretende-se analisar se o valor do *GW* apresenta valor relevante nas cotações das ações. Para tal, recorreu-se à regressão que consiste num modelo estatístico usado para prever o comportamento de uma variável quantitativa (variável dependente ou Y) a partir de uma ou mais variáveis relevantes, (variáveis independentes ou X's) indicando a margem de erro dessas previsões (Pestana & Gageiro, 2014). Assim, na regressão, a correlação que mede o grau de associação entre duas variáveis, é usada para prever Y. Quando Y varia com X e não existam alterações durante o período da previsão que afetem o modelo, então quanto maior for a correlação entre X e Y melhor é a previsão. Por outro lado, quanto menor for essa correlação maior é a margem de erro da previsão. Apesar de existir uma relação estatística entre preditor(es) e o critério, não existe relação de causalidade. O modelo de regressão linear adotado é apresentado na Equação 1.

Equação 1: Modelo de regressão linear.

$$Y_j = \beta_0 + \beta_1 X_{1j} + \beta_2 X_{2j} + \dots + \beta_p X_{pj} + \xi_j \quad (4.1)$$

Segundo Marôco (2007), existem alguns pressupostos que devem ser respeitados para que seja possível a utilização da regressão linear múltipla:

- Apenas a variável independente pode ser afetada de erro;
- Os erros são aleatórios e independentes;
- Os erros apresentam distribuição normal de média 0 e variância constante; e
- As variáveis independentes não podem ser colineares, isto é, não podem estar fortemente correlacionadas.

Através do método da regressão linear múltipla é possível verificar se existe pelo menos uma variável independente (X) que influencia a variável dependente ou critério (Y). Se tal acontecer, permite também saber quais as variáveis com melhor capacidade preditiva, e em que percentagem o modelo ajustado explica a variância observada em Y (Marôco, 2007). Contudo, este método apresenta também algumas limitações: pressupõe que existe uma relação linear entre as variáveis predictoras e o critério, o que nem sempre acontece; não pode

existir multicolinearidade entre as variáveis preditoras, ou seja, as variáveis não podem estar correlacionadas entre si (Marôco, 2007).

4.4.1 Teste de Associação entre o Valor de Mercado, Capital Próprio, Resultado por Ação

Com o objetivo de testar as H3 e H4 procedeu-se à análise para apurar a relação existente entre o VM da empresa, o valor do CP e o RPA, estimou-se uma Equação, que relaciona o valor do CP e o valor do RPA com a cotação das ações na data de relato do período económico, conforme variáveis descritas na tabela 4.14.

Equação: Modelo de regressão de linear.

$$VM_{i,t} = \omega_0 + \alpha_1 CP_{i,t} + \omega_2 RPA_{i,t} + \xi_{i,t}^M \quad (4.2)$$

Tabela 4.14 Definição das variáveis do 1º modelo de regressão de linear.

Variáveis	Descrição
$VM_{i,t}$	Cotação das ações da empresa i no ano de t na data do balanço.
$CP_{i,t}$	Valor dos capitais próprios da empresa i no ano de t.
$RPA_{i,t}$	Valor do resultado por ação da empresa i no ano de t.

A validação dos modelos e consequente análise das variáveis será testada através das seguintes hipóteses:

- H_0 = As variáveis capital próprio, resultado por ação não explicam o valor de mercado (VM) da empresa.
- H_1 = Existe pelo menos uma variável (capital próprio, resultado por ação) que explica o valor de mercado da empresa.

Da aplicação destas hipóteses é possível medir a sensibilidade de cada uma das variáveis em relação ao VM da empresa, medido pela cotação. A rejeição da hipótese nula, dada através do teste t, significará que pelo menos uma das variáveis independentes se relaciona com cotação.

Relativamente aos resultados obtidos, com a aplicação do modelo pode afirmar-se existir uma relação linear entre o valor da cotação e as variáveis explicativas, referentes aos valores do

capital próprio e resultado líquido, que se encontra no modelo analisado aproximadamente nos 40%, conforme registrado na tabela 4.15.

Tabela 4.15 Resumo do modelo de regressão de linear.

Modelo		
(n=71)	R	0,398
	R ²	0,158
	R ² ajustado	0,134

Fonte Adaptado de SPSS.

Quanto à percentagem da variação da cotação que é explicada pelo modelo, verifica-se que a variação da VM que é explicada demonstra pouca robustez uma vez que no modelo analisado o valor do R² encontra-se nos 13%. Sendo o R² ajustado o indicador que mede a sensibilidade aquando a introdução de novas variáveis explicativas no modelo, este resultado demonstre que o preço de mercado da empresa poderá ser explicado por outras variáveis que não as analisadas, o teste F reforça a validade do modelo ao apresentar um nível de significância estatística suficiente para rejeitar a H₀, permitindo tirar conclusões.

A tabela 4.16 testa se existe uma relação significativa entre as variáveis independentes e a variável dependente. O valor da significância $0,003 < 0,05$ indica que será pouco provável obter um coeficiente associado à variável independente tão diferente de zero se não existisse uma relação entre as variáveis presentes nas equações. Assim, o teste F apresenta um nível de significância estatística que rejeita a H₀ indicando que existe uma relação significativa entre as variáveis independentes e a variável dependente.

Tabela 4.16 Teste e análise de variância.

Model		Sum of Squares	df	Mean Square	F	Sig.
Modelo	Regression	54,281	2	27,141	6,397	0,003 ^b
	Residual	288,507	68	4,243		
	Total	342,789	70			

Predictors: (Constant), RPA, CP,

Dependent Variable: VM_{i,t}

Fonte Adaptado de SPSS.

A tabela 4.17 apresenta os resultados da regressão da variável dependente VM nos períodos económicos 2013 e 2014 com as variáveis financeiras independentes no mesmo período económico. Verifica-se VM apenas se encontra significativamente associado com o resultado por ação.

Tabela 4.17 Resultado da regressão da variável dependente volume de mercado.

Modelo		Unstandardized Coefficients		Standardized Coefficients	T	Sig.
		B	Std. Error	Beta		
Modelo 1 2013 e 2014	(Constant)	1,290	0,280		4,612	0,000
	CP	0,009	0,049	0,021	0,179	0,858
	RPA	2,734	0,803	0,392	3,403	0,001

Variável Dependente: VM_{it}

Fonte Adaptado de SPSS.

A tabela 4.18 apresenta os resultados da análise das correlações entre as variáveis.

Tabela 4.18 Análise das correlações entre as variáveis.

		VM	CP	RPA
CP	Pearson	0,123	1,000	0,260
	Sig.	0,154	-	0,014
RPA	Pearson	0,397	0,260	1,000
	Sig.	0,000	0,014	-

*. Correlation is significant at the 0,01 level (2-tailed).

Fonte Adaptado de SPSS.

Em relação às variáveis explicativas, os testes de correlação demonstram que o RPA tem uma correlação significativa com o VM, verifica-se ainda uma relação positiva entre o CP e o RPA.

Os resultados parecem indicar que os investidores parecem ser sensíveis ao RPA das empresas a quando da tomada das suas decisões sobre os investimentos uma vez que a variável RPA é a única que apresenta valor relevante.

Quanto à verificação das hipóteses, a terceira hipótese (H3) não se verifica uma vez que a variável CP não apresenta valor relevante indicando que os investidores não foram sensíveis às alterações dos CP, a quando da tomada de decisão dos seus investimentos.

Em relação à quarta hipótese (H4), esta verificou-se no período em análise uma vez o RPA apresentou uma relação significativa com o VM sugerindo que os investidores são sensíveis às alterações dos e RPA, aquando da tomada de decisão dos seus investimentos.

4.4.2 Teste de Associação entre o Valor de Mercado, Capital Próprio, Resultado por Ação e Ativos Intangíveis

Com o objetivo de testar a H5 procedeu-se à análise para apurar a relação existente entre o VM da empresa, o valor do CP, o RPA e os AI, estimou-se uma quinta equação que se complementa com a tabela 4.19 com as definições das variáveis:

$$VM_{i,t} = \beta_0 + \beta_1 CP_{i,t} + \beta_2 RPA_{i,t} + \beta_3 AI_{i,t} + \varepsilon_{i,t}, \quad (4.3)$$

Tabela 4.19 Definição das variáveis do 2º modelo de regressão linear

Variáveis	Descrição
$VM_{i,t}$	Cotação das ações da empresa i no ano de t na data do balanço.
$CP_{i,t}$	Valor dos capitais próprios da empresa i no ano de t.
$RPA_{i,t}$	Valor do resultado por ação da empresa i no ano de t.
$AI_{i,t}$	Valor dos AI totais da empresa i no ano de t.

A validação dos modelos e consequente análise das variáveis será testada através das seguintes hipóteses:

- H_0 = As variáveis capital próprio, resultado por ação, e ativos intangíveis não explicam o valor de mercado das empresas.
- H_1 = Existe pelo menos uma variável (capital próprio, resultado por ação, Ativos Intangíveis) que explica o valor de mercado da empresa.

Da aplicação destas hipóteses é possível medir a sensibilidade de cada uma das variáveis em relação ao VM da empresa, medido pela cotação. A rejeição da hipótese nula, dada através do teste t, significará que pelo menos uma das variáveis independentes se relaciona com cotação.

Relativamente aos resultados obtidos, com a aplicação do modelo pode afirmar-se existir uma relação linear entre o valor da cotação e as variáveis explicativas, referentes aos valores do

capital próprio e resultado líquido, que se encontra no modelo analisado aproximadamente nos 40%, conforme registado na tabela 4.20.

Tabela 4.20 Resumo do modelo de regressão de linear.

Modelo		
(n=76)	R	0,401
	R ²	0,161
	R ² ajustado	0,122

Fonte Adaptado de SPSS.

Quanto à percentagem da variação da cotação que é explicada pelo modelo, apesar desta ser um pouco superior ao modelo de regressão anterior, continua a verificar-se que a variação da VM que é explicada neste modelo pouca robustez uma vez que no modelo analisado o valor do R² encontra-se nos 16%. Sendo o R² ajustado o indicador que mede a sensibilidade aquando a introdução de novas variáveis explicativas no modelo, este resultado demonstra que o preço de mercado da empresa poderá ser explicado por outras variáveis que não as analisadas, o teste F reforça a validade do modelo ao apresentar um nível de significância estatística suficiente para rejeitar a H₀ permitindo tirar conclusões.

A tabela 4.21 testa se existe uma relação significativa entre as variáveis independentes e a variável dependente. O valor da significância 0,009 < 0,05 indica que será pouco provável obter um coeficiente associado à variável independente tão diferente de zero se não existisse uma relação entre as variáveis presentes nas equações. Assim, o teste F apresenta um nível de significância estatística que rejeita a H₀ indicando que existe uma relação significativa entre as variáveis independentes e a variável dependente.

Tabela 4.21 Teste e análise de variância.

Model		Sum of Squares	df	Mean Square	F	Sig.
Modelo	Regression	54,974	3	18,325	4,147	0,009 ^b
	Residual	287,229	65	4,419		
	Total	342,203	68			

Predictors: (Constant), RPA, CP, AI

Dependent Variable: VM_{it}

Fonte Adaptado de SPSS.

A tabela 4.22 apresenta os resultados da regressão da variável dependente VM no período económico de 2013 e 2014 com as variáveis financeiras independentes no mesmo período

económico. Verifica-se que a variável AI não se encontra significativamente associada com a variável VM, ou seja, o valor dos AI parece não estar relacionado com o valor das empresas para os investidores. Assim verifica-se que a única variável que apresenta uma relação significativa com o VM é o RPA.

Tabela 4.22 Resultado da regressão da variável dependente volume de mercado.

Modelo		Unstandardized Coefficients		Standardized Coefficients		
		B	Std. Error	Beta	T	Sig.
Modelo 2 2013 e 2014	(Constant)	1,465	1,283		1,142	0,258
	CP	0,010	0,051	0,023	0,193	0,847
	RPA	2,768	0,824	0,396	3,358	0,001
	AI	-0,026	0,200	-0,015	-0,128	0,899

Variável Dependente: VM_{i,t}

Fonte Adaptado de SPSS.

A tabela 4.23 apresenta os resultados da análise das correlações entre as variáveis.

Tabela 4.23 Análise das correlações entre as variáveis.

		VM	CP	RPA	AI
CP	Pearson	0,123	1,000	0,260	0,216
	Sig.	0,158	-	0,016	0,037
RPA	Pearson	0,400	0,260	1,000	0,102
	Sig.	0,000	0,016	-	0,203
AI	Pearson	0,030	0,216	0,102	1,000
	Sig.	0,402	0,037	0,203	-

*. Correlation is significant at the 0,01 level (2-tailed).

Fonte Adaptado de SPSS.

Em relação às variáveis explicativas, os testes de correlação demonstram que a variável AI não tem uma correlação significativa com a variável VM.

Os resultados confirmam que os investidores parecem apenas considerar na sua tomada de decisão para investir, apenas o resultado por ação das empresas, parecendo ignorar nesta data o valor dos AI.

Quanto à verificação das hipóteses, a quinta hipótese (H5) não se verifica uma vez que a variável AI não apresenta valor relevante indicando que os investidores não foram sensíveis aos AI das empresas em análise para tomar as suas decisões de investimento.

4.4.3 Teste de Associação entre o Valor de Mercado, Capital Próprio, Resultado por Ação e *Goodwill*

Com o objetivo de testar a H6 procedeu-se à análise para tentar apurar a relação existente entre o VM da empresa, o valor do CP, o RPA, e o *GW* formulou-se uma sexta equação descrita da seguinte forma:

$$VM_{i,t} = \beta_0 + \beta_1 CP_{i,t} + \beta_2 RPA_{i,t} + \beta_3 GW_{i,t} + \varepsilon_{i,t}, \quad (4.4)$$

Tabela 4.24 Definição das variáveis do 3º modelo de regressão linear

Variáveis	Descrição
$VM_{i,t}$	Cotação das ações da empresa i no ano de t na data do balanço.
$CP_{i,t}$	Valor dos capitais próprios da empresa i no ano de t.
$RPA_{i,t}$	Valor do resultado por ação da empresa i no ano de t.
$GW_{i,t}$	Valor do <i>GW</i> da empresa i no ano de t.

A validação dos modelos e consequente análise das variáveis será testada através das seguintes hipóteses:

- H_0 = As variáveis capital próprio, resultado por ação, e *Goodwill* não explicam o valor de mercado da empresa.
- H_1 = Existe pelo menos uma variável (capital próprio, resultado por ação, e o *Goodwill*) que explica o valor de mercado da empresa.

Da aplicação destas hipóteses é possível medir a sensibilidade de cada uma das variáveis em relação ao VM da empresa, medido pela cotação. A rejeição da hipótese nula, dada através do teste t, significará que pelo menos uma das variáveis independentes se relaciona com cotação.

Relativamente aos resultados obtidos, com a aplicação do modelo pode afirmar-se existir uma relação linear entre o valor da cotação e as variáveis explicativas, referentes aos valores do

capital próprio e resultado líquido, que se encontra no modelo analisado aproximadamente nos 40%, conforme registado na tabela 4.25.

Tabela 4.25 Resumo do modelo de regressão de linear.

Modelo		
(n=76)	R	0,409
	R ²	0,167
	R ² ajustado	0,123

Fonte Adaptado de SPSS.

Quanto à percentagem da variação da cotação que é explicada pelo modelo, este é muito semelhante aos modelos anteriores, continuando a verificar-se que a variação do VM que é explicada neste modelo apresenta pouca robustez uma vez que no modelo analisado o valor do R² encontra-se nos 17%. Sendo o R² ajustado o indicador que mede a sensibilidade aquando a introdução de novas variáveis explicativas no modelo, este resultado demonstra que o preço de mercado da empresa poderá ser explicado por outras variáveis que não as analisadas, o teste F reforça a validade do modelo ao apresentar um nível de significância estatística suficiente para rejeitar a H₀, permitindo tirar conclusões.

A tabela 4.26 testa se existe uma relação significativa entre as variáveis independentes e a variável dependente. O valor da significância 0,015 < 0,05 indica que será pouco provável obter um coeficiente associado à variável independente tão diferente de zero se não existisse uma relação entre as variáveis presentes nas equações. Assim, o teste F apresenta um nível de significância estatística que rejeita a H₀ indicando que existe uma relação significativa entre as variáveis independentes e a variável dependente.

Tabela 4.26 Teste e análise de variância.

Model		Sum of Squares	Df	Mean Square	F	Sig.
Modelo	Regression	53,676	3	17,892	3,815	0,015 ^b
	Residual	267,340	57	4,690		
	Total	321,016	60			

Predictors: (Constant), RPA, CP, GW

Dependent Variable: VM_{it}

Fonte Adaptado de SPSS.

A tabela 4.27 apresenta os resultados da regressão da variável dependente VM no período económico de 2013 e 2014 com as variáveis financeiras independentes no mesmo período

económico. Verifica-se que a variável GW não se encontra significativamente associada com a variável VM , ou seja, o valor do GW das empresas parece não estar relacionado com as decisões económicas dos investidores. Assim continua a verificar-se que a única variável que apresenta uma relação significativa com o VM é o RPA .

Tabela 4.27 Resultado da regressão da variável dependente volume de mercado.

Modelo	Unstandardized Coefficients		Standardized Coefficients	T	Sig.
	B	Std. Error	Beta		
Modelo 3 2013 e 2014	2,797	1,375		2,034	0,047
	0,025	0,055	0,060	0,456	0,650
	2,764	0,874	0,402	3,162	0,003
	-0,211	0,202	-0,135	-1,041	0,302

Variável Dependente: $VM_{i,t}$

Fonte Adaptado de SPSS.

A tabela 4.28 apresenta os resultados da análise das correlações entre as variáveis.

Tabela 4.28 Análise das correlações entre as variáveis.

		VM	CP	RPA	GW
CP	Pearson	0,126	1,000	0,279	0,341
	Sig.	0,166	-	0,015	0,004
RPA	Pearson	0,389	0,279	1,000	0,223
	Sig.	0,001	0,015	-	0,042
GW	Pearson	-0,025	0,341	0,223	1,000
	Sig.	0,424	0,004	0,042	-

*. Correlation is significant at the 0,01 level (2-tailed).

Fonte Adaptado de SPSS.

Em relação às variáveis explicativas, os testes de correlação demonstram que as variáveis GW e RPA se encontram relacionadas positivamente com a variável CP .

Os resultados confirmam que os investidores parecem não considerar o GW na sua tomada de decisão para investir.

Em relação à sexta hipótese (H_6), esta não se verificou, no período em análise, uma vez o GW não apresentou uma relação significativa com o VM , sugerindo que os investidores não são sensíveis ao GW , na tomada de decisão dos seus investimentos, uma possível razão é a alteração feita à norma, que entrou em vigor no dia 1 de janeiro de 2016, em que os AI com

vida útil indefinida passaram a estar sujeitos a amortização. Os investidores ao saberem que a norma seria alterada em 2016 poderiam estar a antecipar o impacto desta alteração no que respeita ao valor do GW apresentado nas DF.

4.5 Teste de Durbin-Watson

A tabela 4.29 indica os resultados do teste de *Durbin-Watson* para todos os modelos estudados, tendo por objetivo apurar se existe autocorrelação dos erros.

Tabela 4.29 Resultados do teste de Durbin-Watson

	Modelo 1	Modelo 2	Modelo 3
2013	$VM = X + CP + RPA + \epsilon$	$VM = X + CP + RPA + AI + \epsilon$	$VM = X + CP + RPA + GW + \epsilon$
e			
2014	1,932	1,970	1,686

Fonte Adaptado de SPSS.

Por forma a testar a validade dos modelos de regressão linear quanto à autocorrelação, normalidade, homocedasticidade dos erros, conforme apresentado na tabela 4.29. Para apurar se existe autocorrelação dos erros realizou-se o teste de Durbin-Watson. Os erros são aleatórios e independentes de acordo com as seguintes hipóteses:

- H_0 : não existe autocorrelação entre os erros;
- H_a : existe autocorrelação entre os erros.

Quando $d=2$ então a autocorrelação é nula, se $d < 2$ então a autocorrelação é positiva, se $d > 2$ então a autocorrelação é negativa. Verifica-se que na maior parte dos modelos, os erros são aleatórios e independentes através da estatística de Durbin-Watson ($=2$), verificando-se desta forma e nestes modelos a hipótese de que os erros se distribuem de forma aleatória em torno de 0.

4.6 Teste da Multicolinearidade

O modelo de regressão linear pressupõe que as variáveis explicativas são linearmente independentes entre si. Deste modo, o teste à multicolinearidade das variáveis explicativas do modelo em estudo é composto por dois indicadores: a tolerância e a *VIF* (*variance inflation factor*). A tolerância varia entre zero e um, e quanto mais próximo estiver de zero, maior será a multicolinearidade. A *VIF* caracteriza-se por ser o inverso da tolerância, e por isso, quanto mais próxima estiver de zero, menor será a multicolinearidade. Na tabela 4.30, são apresentados os resultados obtidos do teste à multicolinearidade das variáveis em estudo, nos anos de 2013 e 2014.

Para detetar a existência de multicolinearidade entre as variáveis independentes, não é suficiente a determinação da correlação entre as variáveis, pois esta apenas indica a correlação simples existente entre duas variáveis. Sendo a Tolerância uma medida de multicolinearidade entre as variáveis independentes, medindo o grau em que uma dada variável independente é explicada pelas outras variáveis independentes.

Quanto mais próximo estiver de 0, maior será a multicolinearidade entre a variável e as restantes variáveis independentes e se a Tolerância $< 0,1$ indica sérios problemas na estimação de β . Outra estatística utilizada para avaliar a multicolinearidade entre as variáveis independentes é a estatística *VIF*, em que valores elevados indicam forte multicolinearidade entre as variáveis independentes. Assim, se os valores de $VIF \geq 5$ indicam possíveis problemas de multicolinearidade e se $VIF \geq 10$ indicam graves problemas de multicolinearidade. Verificou-se que as variáveis independentes não são colineares, ou seja, não estão fortemente correlacionadas, uma vez que $VIF < 5$, e os valores de Tolerância são $> 0,1$ em todas as variáveis.

Tabela 4.30 Resultados do teste da Multicolinearidade, para o ano 2013

2013	Modelo 1		Modelo 2		Modelo 3	
Variável	<i>Tolerance</i>	<i>VIF</i>	<i>Tolerance</i>	<i>VIF</i>	<i>Tolerance</i>	<i>VIF</i>
<i>CP</i>	0,932	1,072	0,896	1,116	0,841	1,189
<i>RPA</i>	0,932	1,072	0,930	1,075	0,904	1,106
<i>AI</i>			0,951	1,052		
<i>GW</i>					0,866	1,154

Fonte Adaptado de SPSS.

Observando a tabela, verifica-se que para os quatro modelos estudados, os valores de VIF não ultrapassam 5 e a *tolerance* é sempre maior 0,1. Estes são os valores que habitualmente são considerados como limite para a existência de multicolinearidade. Conclui-se assim, que os modelos estudados não são afetados por uma multicolinearidade entre as variáveis independentes.

5. Conclusões

As empresas sentem-se cada vez mais obrigadas a avaliar melhor os seus AI e demonstrar estes ativos de um modo mais transparente e confiável no que diz respeito à sua divulgação nas suas DF por serem ativos que não têm substância física e a sua mensuração ser complexa.

Como as concentrações empresariais implicam grandes diferenças entre o VM e o valor contabilístico das empresas, bem como o preço pago pelas empresas, e o justo valor dos seus ativos líquidos, individualmente identificáveis, começou a existir necessidade de se entender melhor o *GW*.

O *GW* adquirido, que é reconhecido como ativo, numa concentração de atividade empresarial considera-se um AI com uma vida útil indefinida, que com a Diretiva 2013/34/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de junho de 2013, que entrou em vigor em 2016, para entidades que aplicam o SNC o *GW* passa a ser amortizado. Quando não é possível estimar com fiabilidade a vida útil estes ativos são amortizados dentro de um prazo máximo estabelecido pelo Estado-Membro, não pode ser inferior a cinco anos nem superior a dez.

O *GW* quando sujeito a testes de imparidade assenta no pressuposto de que pode ter uma vida económica indefinida, ou muito longa.

Uma das problemáticas é definir uma vida útil para o *GW*, um prazo médio que tenha em consideração a diversidade de elementos que o compõem, de forma a evitar a sua permanência no balanço indefinidamente ou por períodos superiores à sua vida útil. Quanto maior o prazo limite previsto nas normas, menor o impacto na amortização nos resultados.

Em Portugal quando o POC se encontrava em vigor, este era amortizado, ou seja, tinha uma vida útil, com a mudança para o SNC, deixou de ser amortizado e passou a sofrer testes de imparidade. Com a nova Diretiva o *GW* volta a ser amortizado nas empresas que adotam as normas contabilísticas de relato financeiro. No entanto as empresas cotadas não são obrigadas a amortizar, o que pode gerar um forte ganho por ação, pois o mercado pode pensar que a empresa está melhor que o previsto se esta não amortiza o *GW*.

Esta investigação investiga sobre o *GW* das empresas cotadas na *Euronext* Lisboa nos anos 2013 e 2014 e sobre a sua relação com várias variáveis contabilísticas e o VM das empresas, tendo-se criado seis hipóteses.

A hipótese 1 testa se existem diferenças significativas nas variáveis contabilísticas das empresas entre 2013 e 2014. Verifica-se, análise da estatística descritiva das variáveis contabilísticas, que a média dos AI é superior no ano de 2014, contudo no que respeita à média do *GW* esta já é superior no ano de 2013, talvez por ser neste ano que as empresas apresentam AI valores maiores.

Quanto à hipótese 2, que visa verificar se existem diferenças significativas nos valores dos rácios das empresas com *GW* face às empresas sem *GW*, conclui-se, por um lado, que as empresas com *GW* têm maiores rácios de Solvabilidade e Autonomia Financeira que as empresas que não apresentam *GW*. Por outro lado, verifica-se que empresas com *GW* apresentam um rácio de Endividamento inferior face às empresas que não apresentam *GW*.

Com a hipótese 3 pretendeu-se avaliar se os valores do CP das empresas influenciam significativamente o seu VM. Esta hipótese não se verificou, indicando que os investidores não são suscetíveis às alterações dos CP aquando da tomada das suas decisões económicas.

Na hipótese 4 avaliou-se se os valores do RPA das empresas influenciam significativamente o seu VM. Esta hipótese verificou-se, sugerindo que os investidores consideram os valores dos RPA aquando das suas decisões.

Nas hipóteses 5 e 6 avaliaram-se se os AI capitalizados pelas empresas e o *GW*, influenciam, respetivamente, o VM das empresas. Estas hipóteses não se verificaram uma vez que ambas as variáveis não apresentaram uma relação significativa com o VM, sugerindo que os investidores não são sensíveis aos valores dos AI reconhecidos nem ao valor do *GW* divulgado. Uma possível razão para estes resultados é a recente alteração da norma quanto ao tratamento contabilístico do *GW*, que entrou em vigor no dia 1 de janeiro de 2016, em que os AI com vida útil indefinida passaram a estar sujeitos a amortização. Os investidores ao saberem que a norma seria alterada em 2016 poderiam duvidar da utilidade dos valores do *GW* em particular e dos AI em geral, apresentados nas DF.

Esta investigação teve três objetivos. Avaliar o impacto das variáveis CP, RPA, AI e do *GW* nas DF das empresas da *Euronext* Lisboa, analisar alguns rácios financeiros destas empresas e aferir sobre a relação entre as variáveis CP, RPA, AI e do *GW* e o VM das empresas.

Quanto ao impacto das variáveis contabilísticas verificou-se que o setor que apresentou um maior volume de CP e de ativos totais, distanciando-se de uma forma significativa de todos os outros setores, foi o setor das Matérias-Primas. Por oposição, o setor Petrolífero foi aquele que registou os valores mais reduzidos nos anos estudados.

Analisando a proporção dos AI relatados e comparando-os com os ativos totais, no ano de 2013, o setor dos Bens de Consumo tem um valor significante de 51% ao contrário do sector de Telecomunicações que apresenta valor de apenas 1% e no ano de 2014 verifica-se uma reduzida alteração em que o setor dos Bens de Consumo tem um valor significante de 49% ao contrário do sector de Telecomunicações que apresenta valor de apenas 2%.

No ano de 2013, as empresas relataram em média 41.255 milhares de euros de AI e 97.461 milhares de euros de *GW*, no ano de 2014 verifica-se que as empresas relataram em média 42.466 milhares de euros de AI e 94.392 milhares de euros de *GW*. Aumentou os AI e reduziu o *GW*, nos anos estudados.

Quanto à análise dos rácios financeiros das empresas da *Euronext* Lisboa com e sem *GW* verificou-se que as empresas com *GW* apresentam maior solvabilidade e autonomia financeira do que as empresas que não apresentam *GW*.

Quanto à relação entre as variáveis CP, RPA, AI, *GW* e o VM das empresas verifica-se que apenas a variável Resultado por ação tem uma relação significativa com o VM das empresas.

Como sugestões para investigação futura, considera-se interessante realizar o mesmo estudo recorrendo a diferentes amostras, incluído por exemplo, outros países e ainda analisar as mesmas variáveis às mesmas empresas mas em períodos mais recentes, após a adoção da Diretiva 2013/34/UE, em períodos em que o *GW* já sofreu a amortização.

Referências Bibliográficas

- Bens, D. A., Hetzler, W. & Segal, B. (2011). The Information Content of Goodwill Impairments and SFAS 142. *Journal of Accounting, Auditing and Finance*, 26 (3).
- Camodeca, R. & Almici, A. (2012). The information content of goodwill impairment before and after the Financial Crisis: evidence from European listed banks. Elsevier.
- Carlin, T. M. & Finch, N. (2010). Evidence on IFRS goodwill impairment testing by Australian and New Zealand firms. Emerald Group Publishing Limited, 36 (9), 785-798.
- Carvalho, L. N., Lemes, S. & Costa, F. M. (2005). *Contabilidade Internacional: Aplicação das IFRS 2006*. São Paulo: Editora Atlas.
- Cordeiro, R., Couto, G. & Silva, F. (2007). Measuring the Impact of International Financial Reporting Standards (IFRS) in Firm Reporting: The case of Portugal. SSRN.
- Decreto-lei n.º 98/2015. *Diretiva da União Europeia* D.R. 1.ª série. 106 (02-06-2015). 3470-3493.
- Detzen, D. & Zulch, H. (2012). Executive compensation and goodwill recognition under IFRS: Evidence from european mergers. *Journal of International Accounting, Auditing and Taxation*, 21 (2), 106-126.
- Donald, K. (1998). *Intermediate Accounting* (9ª ed.). New York: John Wiley & Sons Inc.
- Glaum, M., Schmidt, P., Street, D. L. & Vogel, S. (2013). Compliance with IFRS 3- and IAS 36- Required Disclosures across 17 European countries: company- and country- level determinants. *Accounting and Business Research*, 43 (3), 163-204.
- Gomes, E. A. (2006). Estudos sobre os níveis de disclosure adotados pelas empresas brasileiras e custo de capital (Dissertação de mestrado, Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo). Disponível em <http://tede.mackenzie.br/jspui/bitstream/tede/655/1/Elizabeth%20Alves%20Gomes.pdf>
- Haller, A., Ernstberger, J. & Froschhammer, M. (2009). Implications of the mandatory transition from national GAAP to IFRS – Empirical evidence from Germany. *Advances in Accounting*, 25 (2), 226-236.

Hayn, C. & Hughes, P. J. (2006). Leading indicators of goodwill impairment. *Journal of Accounting, Auditing & Finance*, 21 (3).

International Accounting Standard 38. (2005). *Intangible Assets*. International Accounting Standards Board.

International Financial Reporting Standards. (2004). *Business Combinations*. International Accounting Standards Board.

Conceptual Framework. (2015). *Conceptual Framework*. International Accounting Standards Board.

Jaruga, A., Fijalkowska, J., Jaruga-Baranowska, M. & Frenzel, M. (2007). The Impact of IAS/IFRS on Polish Accounting Regulations and their Practical Implementation in Poland. *Accounting in Europe*, 4 (1), 67-78.

Johnson, L. T. & Petrone, K. R. (1998). Commentary: Is goodwill an asset?. *Accountings Horizons*, 12 (3).

Li, K., Amel-Zadeh, A. & Meeks, G. (2010). The Impairment of Purchased Goodwill: effects on the market value. SSRN.

Li, K. K. & Sloan, R. G. (2012). Has goodwill accounting gone bad?. SSRN.

Lopes, P. T. & Viana, R. C. (2008). The transition to IFRS: disclosures by Portuguese listed companies. FEP Working Paper.

Marôco, J. (2007). *Análise estatística com utilização de SPSS (3ª ed.)*. Lisboa: Edições Sílabo.

Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro. (2015). *Ativos Intangíveis*. Comissão Normalização Contabilística.

Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro. (2015). *Concentrações de Atividades Empresariais*. Comissão Normalização Contabilística.

Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro. (2015). *Imparidade de Ativos*. Comissão Normalização Contabilística.

Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro. (2015). *Políticas Contabilísticas, Alterações nas Estimativas Contabilísticas e Erros*. Comissão Normalização Contabilística.

Perramon, J. & Amat, O. (2006). IFRS Introduction and its Effects on Listed Companies in Spain. SSRN.

Pestana, M. H. & Gageiro J. N. (2014). *Análise de dados para ciências sociais – A Complementaridade do SPSS*. Lisboa: Edição Silabo.

Queiroz, P. (2005). Contabilidade para intangíveis. *Revista Capital Aberto*, 19 (2).

Rodrigues, A. M. (2003). *O Goodwill nas contas consolidadas: Uma análise dos grupos não financeiros portugueses (Dissertação de Doutoramento em Organização e Gestão de Empresas, Faculdade de Economia na Universidade de Coimbra, Portugal)*. Disponível em <https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/467/2/O%20Goodwill%20nas%20contas%20consolidadas.pdf>

Santos, M. C. (2014). *Imparidade do goodwill no SNC: Impactos da Transição e Divulgações (Dissertação de mestrado, Instituto Superior de Contabilidade e Administração, Universidade de Aveiro)*. Disponível em https://ria.ua.pt/bitstream/10773/14507/1/Imparidade%20do%20goodwill%20no%20SNC_impactos%20da%20transi%C3%A7%C3%A3o%20e%20divulga%C3%A7%C3%B5es.pdf

Shalev, R. (2009). The Information Content of Business Combination Disclosure Level. (2009). *The Accounting Review*, 84 (1), 239-270.

Apêndice 1: Base de Dados

Empresa	Ano	Ativo Total	Passivo Total	Capital Proprio	CP/Nº ações	Nº ações	Cresço 31/12/N	Cresço 30/06/+1	Resultado Equilíbrio	RL/Nº ações	RPA	Volume Negocios	Goodwill	Ativos Intangíveis
ALPHASIG S.A.	2013	1.221.377.828,00	979.566.026,00	241.809.790,00	1,1788	205.131.972	2,4000	2,9200	55.366.020,00	0,2999	0,2700	59.070.051,00	265.511.404,00	394.283,00
ALPHASIG S.A.	2014	6.651.348,00	5.461.794,00	487.562,00	1,1672	5.906.968	2,6400	2,8400	-19.151,00	-0,0031	-0,0200	2.624.524,00	1.984.671,00	32.422,00
ALPHASIG S.A.	2013	137.190.553,00	119.118.182,00	18.038.371,00	0,1799	102.565.938	0,5300	0,5300	401.518,00	0,0048	0,0050	90.952.026,00	634.187,00	2.904.935,00
ALPHASIG S.A.	2014	31.929.689,00	31.929.689,00	-	-0,0063	29.520.000	0,1900	0,1900	3.864.817,00	0,0214	0,0200	28.777.803,00	7.779.000,00	6.919.000,00
ALPHASIG S.A.	2013	1.100.334.820,00	823.620.180,00	272.591.770,00	0,0023	113.000,00	2,2100	2,9000	61.025.339,00	0,0091	0,0200	542.900,00	2.535.000,00	12.918.000,00
ALPHASIG S.A.	2014	1.100.334.820,00	823.620.180,00	272.591.770,00	0,0023	113.000,00	2,2100	2,9000	61.025.339,00	0,0091	0,0200	542.900,00	2.535.000,00	12.918.000,00
ALPHASIG S.A.	2013	209.667.092,00	144.983.160,00	64.686.032,00	5,6372	118.131,00	1,3000	1,3000	-889.200,00	-0,0045	-0,0050	173.544.334,00	1.103.246,00	8.783,00
ALPHASIG S.A.	2014	11.028.335,00	11.028.335,00	6.986.032,00	0,0070	872.398,162	0,0000	0,0000	135.116,00	0,0000	0,0000	1.103.246,00	1.103.246,00	88.627.984,00
ALPHASIG S.A.	2013	117.134.131,00	114.483.703,00	56.720.518,00	2,4278	23.077.314	1,3800	1,3800	-1.119,00	0,0000	0,2900	104.398.942,00	231.137,00	1.945.384,00
ALPHASIG S.A.	2014	13.171.418,00	7.201.618,00	6.415.800,00	0,0077	829.526,535	11,1510	13,3000	188.661,00	0,0015	0,0150	19.622.251,00	2.311.700,00	1.945.384,00
ALPHASIG S.A.	2013	221.146.472,00	103.860.311,00	119.284.766,00	1,3177	86.827.488	0,2000	0,2000	4.311.993,00	0,0151	0,0150	86.001.422,00	11.978.877,00	42.811.977,00
ALPHASIG S.A.	2014	128.055.480,00	98.665.384,00	119.284.766,00	6,6356	18.000,000	6,2000	9,9000	3.966.939,00	0,2054	0,2000	172.459.320,00	40.509.029,00	15.531.659,00
ALPHASIG S.A.	2013	43.715.479,00	27.381.160,00	16.323.119,00	1,3066	12.000,000	0,9000	1,1300	11.717.619,00	0,2944	0,2900	389.302,00	3.983.302,00	15.531.659,00
ALPHASIG S.A.	2014	42.817.888,00	295.071.246,00	126.855.222,00	0,7255	168.000,000	1,9000	1,9000	6.997.929,00	0,0939	0,0068	235.470.645,00	30.893.821,00	379.667,00
ALPHASIG S.A.	2013	676.999,00	482.540,00	199.899,00	0,0013	150.000,000	0,2000	0,2000	1.153,00	0,0000	0,0000	898.649,00	148.530,00	112.984,00
ALPHASIG S.A.	2014	2.426.200,00	2.426.200,00	2.426.200,00	0,0026	186.000,000	14,2100	12,0000	40.272.592,00	0,2338	0,2300	11.034.666,00	648.180,00	1.128.820,00
ALPHASIG S.A.	2013	47.747.282,90	334.531.743,96	143.122.006,01	1,6182	88.000,000	0,6000	1,3000	14.051.602,26	0,1388	0,1380	371.051.483,01	7.505.472,00	1.306.382,47
ALPHASIG S.A.	2014	87.727.044,00	644.081.032,00	139.692.012,00	1,4286	97.844,000	0,6000	0,5900	-20.751.441,00	-0,2225	-0,2052	517.700.071,00	2.505.472,00	209.444.798,00
ALPHASIG S.A.	2013	334.615.577,00	206.088.972,00	128.828.056,00	1,5308	84.513,180	1,1600	2,4000	13.681.455,00	0,6189	0,6189	121.827.452,00	153.561.601,00	13.917.272,00
ALPHASIG S.A.	2014	3.773.429,00	3.773.429,00	599.216,00	0,0028	193.534,316	4,3300	5,7000	88.468,00	0,0005	0,2600	2.311.703,00	1.316.611	13.917.272,00
ALPHASIG S.A.	2013	2.929.873,00	1.869.460,00	1.960.213,00	0,0033	379.066,477	5,4000	4,8000	11.529,00	0,0000	0,2000	981.115,00	629.386,00	1.382.489,00
ALPHASIG S.A.	2014	214.699,00	1.869.460,00	1.960.213,00	0,0033	311,12	2,6100	3,4644	210.044.292,00	0,0000	0,2000	216.810,00	376.796.383,00	3.350.571,00
ALPHASIG S.A.	2013	1.393.843.527,00	1.393.843.527,00	1.393.843.527,00	29,8217	49.622.497	2,783	3,2444	210.044.292,00	4,2128	0,2900	1.530.029.430,00	376.796.383,00	3.350.571,00
ALPHASIG S.A.	2014	156.311.484,00	156.311.484,00	14.955.314,00	2,3879	14.638,091	1,3200	1,2000	460.450,00	0,0115	0,1500	109.698.020,00	56.699.185,00	75.534.133,00
ALPHASIG S.A.	2013	5.061.949,00	3.981.783,00	1.079.566,00	0,0020	534.000,000	2,2800	2,8000	121.493,00	0,0000	0,2900	575.996,00	317.740	3.877.420,00
ALPHASIG S.A.	2014	480.510,210	446.486,820	27.848,390	0,0024	52.919,183	0,2800	0,6300	-212.518,50	-0,0021	-0,0100	672.686,00	21.128,000	216.972,400
ALPHASIG S.A.	2013	4.764.653.772,00	1.054.833.180,00	1.209.897.586,00	10,7189	112.884,270	8,1300	10,3000	19.453.452,00	1,5960	1,3960	1.989.003.127,00	296.680.236,00	202.844.156,00
ALPHASIG S.A.	2014	5.765.537.589,00	1.568.436.174,00	1.808.113.418,00	1,0017	118.786,536	1,0000	1,1900	464.002.382,00	0,2488	-0,0050	4.811.841.341,00	610.187.880,00	7.981.586,00
ALPHASIG S.A.	2013	63.549.419,00	320.276.079,00	123.160.339,00	1,2669	247.182,143	0,3300	0,3700	-73.819.111,00	-0,0586	0,0049	135.867.629,00	8.460.630,00	7.745.826,00
ALPHASIG S.A.	2014	1.335.111.130,00	1.107.961.044,00	1.171.500,000	0,0082	140.000,000	0,0786	0,0912	-17.918.111,00	-0,4817	1,0000	1.060.501.018,00	81.840.183,00	7.981.586,00
ALPHASIG S.A.	2013	1.277.050.150,00	90.290.842,00	1.367.954.527,00	3,1884	360.841.333	2,5600	1,2650	302.764.477,00	0,2950	0,2900	116.974.752,00	24.434.416,00	16.647.250,00
ALPHASIG S.A.	2014	564.448.198,55	433.610.813,70	1.303.873.128	0,8589	-	1,8000	1,1000	4.001.186,44	0,2975	0,2900	301.662.946,41	113.453.853,72	248.637.77,86
ALPHASIG S.A.	2013	2.779.243,00	2.418.515,00	360.728,00	0,6389	40,000	0,9000	1,0110	64.746,00	0,1542	0,1500	1.541.083,00	29.706.000,00	34.561.000,00
ALPHASIG S.A.	2014	202.745.540,00	72.705.967,00	129.955.997,00	0,6870	35.000,000	0,7488	1,1555	-2.416,00	-0,0001	0,0000	222.923.191,00	654.916,00	584.075,00
ALPHASIG S.A.	2013	146.099,00	111.308,00	27.796,00	0,0000	11.506,917	2,4800	0,0000	-4.015,00	0,0000	0,2000	542.678.922,00	4.717,00	1.442,00
ALPHASIG S.A.	2014	1.139.569,00	966.699,00	272.857,970	1,3172	205.131,972	2,4800	3,6700	37.398.480,00	0,0223	0,0000	265.511.404,00	285.511.404,00	139.480,00
ALPHASIG S.A.	2013	134.968,00	114.229.407,00	114.229.407,00	0,1777	102.656,590	0,3700	0,5300	6.348.272,00	0,0890	0,0900	91.382.810,00	40.594.800,00	480.077,00
ALPHASIG S.A.	2014	134.968,00	114.229.407,00	114.229.407,00	0,1777	102.656,590	0,3700	0,5300	6.348.272,00	0,0890	0,0900	91.382.810,00	40.594.800,00	480.077,00
ALPHASIG S.A.	2013	617.448,00	301.877,00	315.569,00	0,0024	131,000,000	0,3000	0,6000	2.487.973,00	0,0025	0,0000	32.518.112,00	3.506.389,00	3.860.389,00
ALPHASIG S.A.	2014	1.180.996.623,00	831.768.978,00	248.709.654,00	1,6614	150.000,000	8,0170	9,2400	78.434.634,00	0,2123	0,2100	703.383.590,00	2.911.000,00	13.626.007,00
ALPHASIG S.A.	2013	42.873.017,00	30.901.873,00	11.969.144,00	0,0033	3.627.169,407	3,2100	3,4000	1.243.102,00	0,0001	0,2900	16.329.883,00	1.321.286,00	5.813.026,00
ALPHASIG S.A.	2014	14.316.319,00	7.985.560,00	6.320.759,00	0,0073	872.398,462	6,5000	6,3000	138.007,00	0,0001	0,4000	1.153.176,00	1.287.716,00	1.179.000,00
ALPHASIG S.A.	2013	191.241.203,00	124.810.712,00	66.430.491,00	5,9278	11.911,119	0,0900	0,2000	-1.796.383,00	-0,4355	-0,1500	148.279.941,00	1.287.716,00	78.931.155,00
ALPHASIG S.A.	2014	184.068.583,00	121.875.178,00	62.193.405,00	2,6850	21.077,214	2,6000	2,8100	8.077.699,00	0,2500	0,2500	118.198.498,00	1.287.716,00	78.931.155,00
ALPHASIG S.A.	2013	6.799.096,00	6.799.096,00	6.799.096,00	0,0077	829.250.637	8,6310	10,5200	1.139.299,00	0,0000	-0,2100	118.198.498,00	225.381,00	1.946.906,00
ALPHASIG S.A.	2014	12.119.413,00	97.201.912,00	120.622.442,00	1,3877	86.262,848	0,1800	0,1800	-1.138.334,00	-0,0092	0,0100	301.873.742,00	111.978.970,00	39.735.970,00
ALPHASIG S.A.	2013	2.129.935,00	97.201.912,00	120.622.442,00	0,1800	86.262,848	0,1800	0,1800	-1.138.334,00	-0,0092	0,0100	301.873.742,00	111.978.970,00	39.735.970,00
ALPHASIG S.A.	2014	2.129.935,00	97.201.912,00	120.622.442,00	0,1800	86.262,848	0,1800	0,1800	-1.138.334,00	-0,0092	0,0100	301.873.742,00	111.978.970,00	39.735.970,00
ALPHASIG S.A.	2013	2.129.935,00	97.201.912,00	120.622.442,00	0,1800	86.262,848	0,1800	0,1800	-1.138.334,00	-0,0092	0,0100	301.873.742,00	111.978.970,00	39.735.970,00
ALPHASIG S.A.	2014	2.129.935,00	97.201.912,00	120.622.442,00	0,1800	86.262,848	0,1800	0,1800	-1.138.334,00	-0,0092	0,0100	301.873.742,00	111.978.970,00	39.735.970,00
ALPHASIG S.A.	2013	2.129.935,00	97.201.912,00	120.622.442,00	0,1800	86.262,848	0,1800	0,1800	-1.138.334,00	-0,0092	0,0100	301.873.742,00	111.978.970,00	39.735.970,00
ALPHASIG S.A.	2014	2.129.935,00	97.201.912,00	120.622.442,00	0,1800	86.262,848	0,1800	0,1800	-1.138.334,0					